



## CONTRATO DE ADESÃO PARA A PRORROGAÇÃO DE PERMISSÕES E DE AUTORIZAÇÕES

CONTRATO DE ADESÃO N.º 058/98 PARA A  
PRORROGAÇÃO DE PERMISSÕES E DE  
AUTORIZAÇÕES DE SERVIÇOS DE  
TRANSPORTE RODOVIÁRIO  
INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS,  
LAVRADO PELO DEPARTAMENTO DE  
TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO - DETRO/RJ DAS  
LINHAS E SERVIÇOS CONSTANTES DO  
ANEXO I

Aos 07 ( sete ) dias do mês de outubro, do ano de 1998, na sede do **Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO/RJ**, situada na Rua São José, n.º 35 - 15.º andar, nesta Cidade, presentes: 1) essa Autarquia criada pela Lei n.º 1221/87, doravante denominada **PODER PERMITENTE**, neste ato representado por Seu Presidente, LUIZ ARMANDO DE MATTOS e 2) a empresa EXPRESSO SÃO JORGE LTDA., com sede na Av. Augusto Vasco Aranha n.º 931 - Areia Branca - Belford Roxo - RJ, inscrita no CGC/MF sob o n.º 30.777.114/0001-03, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, representada neste ato por FAUSTINO BAPTISTA ALVES na qualidade de representante legal, na forma de seus atos constitutivos, Identidade n.º W084904-2, emitida pelo SE/DPMAF/DPF, e por força de Lei n.º 2831, de 13 de novembro de 1997, publicada em 14 de novembro do mesmo ano, no Diário Oficial do mesmo Estado, e conforme o decidido no Processo Administrativo n.º E-10/130.706/98, assinam perante as testemunhas a seguir nomeadas, o presente Contrato de Adesão, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** A prestação de serviços, objeto do presente Contrato de Adesão, reger-se-á pelas normas da Lei n.º 2831/97, pela Lei n.º 8666/93, pelos Decretos n.ºs. 3893/81, 22637/96 e 22490/96, que disciplinam os serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros neste Estado, e demais normas complementares, pelo Contrato de Adesão de Obrigação pertinente às Permissões e Autorizações em vigor das linhas e serviços constantes do Anexo I, parte integrante e complementar desta avença, pelas condições deste Contrato de Adesão e demais condições aplicáveis.



**CLÁUSULA SEGUNDA:** Consoante os Termos de Obrigação e demais atos administrativos, foi delegada pelo PODER PERMITENTE à PERMISSONÁRIA a execução dos serviços descritos no Anexo I, sendo que, por força da Lei n.º 2831/97, essa delegação fica mantida pelo prazo previsto neste Contrato de Adesão, encontrando-se em pleno vigor. .

### **DA REMUNERAÇÃO E DO CUSTO TARIFÁRIO**

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Os serviços ora mantidos serão remunerados pela tarifa que assegure o equilíbrio econômico-financeiro da operação.

§ 1.º - A base de cálculo econômico da tarifa corresponderá à estrutura composta pelos custos variáveis (combustíveis, lubrificantes, rodagem, peças e acessórios), pelos custos fixos (depreciação, remuneração do capital, despesas administrativas e pessoal empregado ) e pelos custos de tributos e tarifas e preços incidentes.

§ 2.º - Observar-se-á o método de determinação da tarifa, de acordo com o Anexo II.

§ 3.º - As tarifas dos serviços, objeto do presente Contrato de Adesão, são as definidas no Anexo I.

### **DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO**

**CLÁUSULA QUARTA:** As tarifas dos serviços serão reajustadas, segundo a periodicidade prevista em lei, podendo ser revistas, no entanto, a qualquer tempo, nos termos do § 5.º, do art. 65, da Lei n.º 8666/93, com suas alterações c/c o art. 10, §§ 1.º e 2.º, da Lei n.º 2831/97.

### **DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSONÁRIA**

**CLÁUSULA QUINTA:** Pelo presente Contrato de Adesão, a PERMISSONÁRIA obriga-se à:

I – manter a execução dos serviços já delegados;

II – prestar serviço adequado na forma prevista neste Contrato de Adesão e nas normas técnicas regulamentares;



III – manter o inventário e o registro dos bens utilizados na prestação do serviço;

IV – prestar contas da gestão do serviço ao PODER PERMITENTE, nos Termos regulamentares;

V – cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e Cláusulas deste Contrato de Adesão;

VI – permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, aos equipamentos e instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;

VII – submeter os veículos a vistoria periódica conforme a legislação em vigor;

VIII – manter durante o prazo de vigência do presente Contrato de Adesão qualificação compatível com o exercício de prestação do serviço;

IX – observar as normas relativas às características dos veículos;

X – efetuar a substituição dos veículos quando atingirem o tempo limite de vida útil, conforme determinado pelo Regulamento;

XI – cobrar o preço da passagem de acordo com o valor fixado ou o posteriormente determinado pelo PODER PERMITENTE.

§ 1.º - Qualquer alteração societária da empresa PERMISSONÁRIA deverá ser comunicada previamente ao PODER PERMITENTE.

§ 2.º - As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela PERMISSONÁRIA, serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados e o outorgante.

### DOS ENCARGOS DO PODER PERMITENTE

CLÁUSULA SEXTA: Pelo presente Contrato de Adesão, o PODER PERMITENTE obriga-se à:

I – regulamentar e fiscalizar, permanentemente, a prestação do serviço delegado;



II – aplicar as penalidades regulamentares e as previstas no presente Contrato de Adesão;

III – extinguir a permissão, nos casos previstos neste Contrato de Adesão e Regulamento do Serviço;

IV – autorizar reajustes e proceder a revisão das tarifas e autorizar seu reajustamento, nos termos da legislação pertinente;

V – fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as Cláusulas do presente Contrato de Adesão;

VI – zelar pela boa qualidade do serviço; receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;

VII – estimular o aumento da qualidade; a preservação do meio ambiente e a conservação dos bens e equipamentos utilizados no serviço; e

VIII – garantir a plena execução da permissão.

Parágrafo Único - Em face do estabelecido no art. 71, da Lei n.º 8666/93, deverá apresentar a PERMISSONÁRIA, sempre que solicitada, a comprovação de quitação dos encargos previdenciários da mão-de-obra alocada à execução dos serviços permitidos.

### DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO

CLÁUSULA SÉTIMA: Extingue-se a PERMISSÃO por:

I – advento do termo do presente Contrato de Adesão;

II – encampação;

III – caducidade ou rescisão;

IV – desistência da exploração do serviço, parcial ou totalmente, mediante notificação escrita ao PODER PERMITENTE, obrigando-se a PERMISSONÁRIA a cumprir integralmente as Cláusulas da Permissão pelo período de 6 (seis) meses, após a referida notificação;

V – anulação; e

VI – falência ou extinção da PERMISSONÁRIA.



§ 1.º - Incorrerá em pena de caducidade ou rescisão a PERMISSONÁRIA ao descumprir Cláusula do presente Contrato de Adesão, disposições legais previstas nos incisos do § 1 do art. 43 da Lei nº 2.831/97, ou regulamentares concernentes à prestação do serviço, que paralisar o serviço por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior.

§ 2.º - A declaração de caducidade deverá ser precedida da verificação da inadimplência da PERMISSONÁRIA em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 3.º - Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à PERMISSONÁRIA os descumprimentos referidos no § 1.º desta Cláusula, dando-se-lhe um prazo mínimo de 30 (trinta) dias para corrigir as falhas e transgressões que lhe forem apontadas e para enquadramento, podendo ser prorrogado, por uma vez, se necessário.

§ 4.º - Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por ato do Presidente do PODER PERMITENTE.

§ 5.º - declarada a caducidade, não resultará para o PODER PERMITENTE qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da PERMISSONÁRIA.

### DA RESPONSABILIDADE DA PERMISSONÁRIA

**CLÁUSULA OITAVA:** A PERMISSONÁRIA será responsável, direta e exclusivamente, pelos prejuízos que causar ao PODER PERMITENTE ou a terceiros na execução dos serviços, não podendo imputar ao PODER PERMITENTE qualquer responsabilidade ou solidariedade pela prática de tais atos. 

**CLÁUSULA NONA:** A infração às determinações contidas neste Contrato de Adesão e na legislação que o disciplina, sujeitará a PERMISSONÁRIA as seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa;

III – lacre;



IV – suspensão da permissão para execução do serviço;

V – retenção do veículo;

VI – caducidade da permissão.

§ 1.º - As sanções previstas nos incisos IV, V e VI poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

§ 2.º - As Sanções, estabelecidas nos incisos IV, V e VI desta Cláusula, são de competência exclusiva do Presidente do PODER PERMITENTE, facultada a defesa da interessada no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após o decurso do prazo consignado.

§ 3.º - As sanções estabelecidas nos incisos I, II e III, desta Cláusula, são aplicadas pela Diretoria Técnica Operacional (DTO) do PODER PERMITENTE.

### DOS RECURSOS

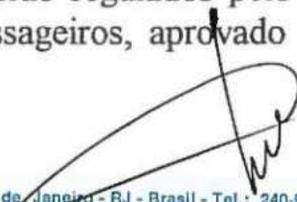
**CLÁUSULA DÉCIMA:** Dos atos da Administração caberão os seguintes recursos:

I – a impugnação contra a aplicação das penalidades, previstas nos incisos I, II, III e V, da Cláusula Nona, será endereçada ao PODER PERMITENTE e decidida pela Comissão Permanente de Recursos de Inspeções do DETRO/RJ;

II – a impugnação contra a aplicação das demais penalidades previstas nos incisos IV e VI, da Cláusula Nona, será endereçada e decidida pelo Presidente do PODER PERMITENTE; e

III – contra a decisão proferida pela autoridade, referida no inciso II acima, caberá recurso, a ser examinado pelo Secretário Estadual de Transportes. 

§ 1.º - O prazo das impugnações, previstas nos incisos I e II, desta Cláusula, será de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência inegável do fato.

§ 2.º - O prazo para a interposição dos recursos, previsto no inciso III desta Cláusula, bem como os seus efeitos serão regulados pelo Regulamento do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros, aprovado pelo Decreto n.º 3893/81, com suas alterações.  



### DO PRAZO

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** O presente Contrato de Adesão de Prorrogação de Permissão de Serviço é outorgado pelo prazo de 15 (quinze) anos, prorrogável pelo mesmo período, desde que a PERMISSONÁRIA esteja executando o serviço de forma satisfatória.

### DA TRANSFERÊNCIA

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** A PERMISSONÁRIA poderá transferir a Permissão a terceiros, no todo ou em parte, bem como alterar o seu controle societário, desde de que haja prévia e expressa anuência do PODER PERMITENTE, observando-se, para tanto, as exigências contidas no parágrafo único do art. 32 da Lei nº 2.831/97.

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** Ficam ratificadas, através do presente Contrato de Adesão, todas as condições estipuladas no ato de permissão que ora se prorroga, no que se incluem os encargos e penalidades até a presente data estipulados, permanecendo em vigor todas as suas demais Cláusulas que não contrariem as constantes deste Contrato de Adesão.

### DO FORO

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro para a solução judicial das demandas relativas ao presente, não resolvidas amigavelmente, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

### DA PUBLICAÇÃO

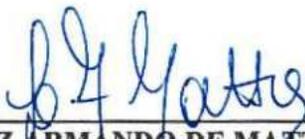
**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** O PODER PERMITENTE fará publicar, às expensas da PERMISSONÁRIA, o extrato deste Contrato de Adesão, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da sua assinatura.



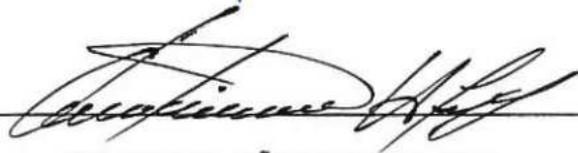
E por estarem assim acordados, firmam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma para que produza os seus regulares e jurídicos efeitos, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 07 de outubro de 1998

PODER PERMITENTE

:   
LUIZ ARMANDO DE MATTOS - PRESIDENTE

PERMISSIONÁRIA

:   
EXPRESSO SÃO JORGE LTDA.

TESTEMUNHAS:





PUBLICADO  
Em 08/10/98



## CONTRATO DE ADESÃO PARA A PRORROGAÇÃO DE PERMISSÕES E DE AUTORIZAÇÕES

CONTRATO DE ADESÃO N.º 059/98 PARA A  
PRORROGAÇÃO DE PERMISSÕES E DE  
AUTORIZAÇÕES DE SERVIÇOS DE  
TRANSPORTE RODOVIÁRIO  
INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS,  
LAVRADO PELO DEPARTAMENTO DE  
TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO – DETRO/RJ DAS  
LINHAS E SERVIÇOS CONSTANTES DO  
ANEXO I

Aos 15 ( quinze ) dias do mês de outubro, do ano de 1998, na sede do **Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro – DETRO/RJ**, situada na Rua São José, n.º 35 – 15.º andar, nesta Cidade, presentes: 1) essa Autarquia criada pela Lei n.º 1221/87, doravante denominada **PODER PERMITENTE**, neste ato representado por Seu Presidente, LUIZ ARMANDO DE MATTOS e 2) a empresa VIAÇÃO BEIRA MAR LTDA., com sede na Av. João de Deus Menezes, n.º 17 – Venda Velha – São João de Meriti – RJ, inscrita no CGC/MF sob o n.º 31911662/0001-47, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, representada neste ato por DENIS DAVID ALVES na qualidade de representante legal, na forma de seus atos constitutivos, Identidade n.º 594.048, emitida pelo IPF, e por força de Lei n.º 2831, de 13 de novembro de 1997, publicada em 14 de novembro do mesmo ano, no Diário Oficial do mesmo Estado, e conforme o decidido no Processo Administrativo n.º E-10/132.973/98, assinam perante as testemunhas a seguir nomeadas, o presente Contrato de Adesão, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** A prestação de serviços, objeto do presente Contrato de Adesão, reger-se-á pelas normas da Lei n.º 2831/97, pela Lei n.º 8666/93, pelos Decretos n.ºs. 3893/81, 22637/96 e 22490/96, que disciplinam os serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros neste Estado, e demais normas complementares, pelo Contrato de Adesão de Obrigação pertinente às Permissões e Autorizações em vigor das linhas e serviços constantes do Anexo I, parte integrante e complementar desta avença, pelas condições deste Contrato de Adesão e demais condições aplicáveis.



**CLÁUSULA SEGUNDA:** Consoante os Termos de Obrigação e demais atos administrativos, foi delegada pelo PODER PERMITENTE à PERMISSONÁRIA a execução dos serviços descritos no Anexo I, sendo que, por força da Lei n.º 2831/97, essa delegação fica mantida pelo prazo previsto neste Contrato de Adesão, encontrando-se em pleno vigor.

### **DA REMUNERAÇÃO E DO CUSTO TARIFÁRIO**

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Os serviços ora mantidos serão remunerados pela tarifa que assegure o equilíbrio econômico-financeiro da operação.

§ 1.º - A base de cálculo econômico da tarifa corresponderá à estrutura composta pelos custos variáveis (combustíveis, lubrificantes, rodagem, peças e acessórios), pelos custos fixos (depreciação, remuneração do capital, despesas administrativas e pessoal empregado ) e pelos custos de tributos e tarifas e preços incidentes.

§ 2.º - Observar-se-á o método de determinação da tarifa, de acordo com o Anexo II.

§ 3.º - As tarifas dos serviços, objeto do presente Contrato de Adesão, são as definidas no Anexo I.

### **DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO**

**CLÁUSULA QUARTA:** As tarifas dos serviços serão reajustadas, segundo a periodicidade prevista em lei, podendo ser revistas, no entanto, a qualquer tempo, nos termos do § 5.º, do art. 65, da Lei n.º 8666/93, com suas alterações c/c o art. 10, §§ 1.º e 2.º, da Lei n.º 2831/97.

### **DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSONÁRIA**

**CLÁUSULA QUINTA:** Pelo presente Contrato de Adesão, a PERMISSONÁRIA obriga-se à:

I – manter a execução dos serviços já delegados;

II – prestar serviço adequado na forma prevista neste Contrato de Adesão e nas normas técnicas regulamentares;



III – manter o inventário e o registro dos bens utilizados na prestação do serviço;

IV – prestar contas da gestão do serviço ao PODER PERMITENTE, nos Termos regulamentares;

V – cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e Cláusulas deste Contrato de Adesão;

VI – permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, aos equipamentos e instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;

VII – submeter os veículos a vistoria periódica conforme a legislação em vigor;

VIII – manter durante o prazo de vigência do presente Contrato de Adesão qualificação compatível com o exercício de prestação do serviço;

IX – observar as normas relativas às características dos veículos;

X – efetuar a substituição dos veículos quando atingirem o tempo limite de vida útil, conforme determinado pelo Regulamento;

XI – cobrar o preço da passagem de acordo com o valor fixado ou o posteriormente determinado pelo PODER PERMITENTE.

§ 1.º - Qualquer alteração societária da empresa PERMISSONÁRIA deverá ser comunicada previamente ao PODER PERMITENTE.

§ 2.º - As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela PERMISSONÁRIA, serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados e o outorgante.

### DOS ENCARGOS DO PODER PERMITENTE

**CLÁUSULA SEXTA:** Pelo presente Contrato de Adesão, o PODER PERMITENTE obriga-se à:

I – regulamentar e fiscalizar, permanentemente, a prestação do serviço delegado;



II – aplicar as penalidades regulamentares e as previstas no presente Contrato de Adesão;

III – extinguir a permissão, nos casos previstos neste Contrato de Adesão e Regulamento do Serviço;

IV – autorizar reajustes e proceder a revisão das tarifas e autorizar seu reajustamento, nos termos da legislação pertinente;

V – fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as Cláusulas do presente Contrato de Adesão;

VI – zelar pela boa qualidade do serviço; receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;

VII – estimular o aumento da qualidade; a preservação do meio ambiente e a conservação dos bens e equipamentos utilizados no serviço; e

VIII – garantir a plena execução da permissão.

Parágrafo Único - Em face do estabelecido no art. 71, da Lei n.º 8666/93, deverá apresentar a PERMISSONÁRIA, sempre que solicitada, a comprovação de quitação dos encargos previdenciários da mão-de-obra alocada à execução dos serviços permitidos.

### DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO

CLÁUSULA SÉTIMA: Extingue-se a PERMISSÃO por:

I – advento do termo do presente Contrato de Adesão;

II – encampação;

III – caducidade ou rescisão;

IV – desistência da exploração do serviço, parcial ou totalmente, mediante notificação escrita ao PODER PERMITENTE, obrigando-se a PERMISSONÁRIA a cumprir integralmente as Cláusulas da Permissão pelo período de 6 (seis) meses, após a referida notificação;

V – anulação; e

VI – falência ou extinção da PERMISSONÁRIA.



§ 1.º - Incorrerá em pena de caducidade ou rescisão a PERMISSONÁRIA ao descumprir Cláusula do presente Contrato de Adesão, disposições legais previstas nos incisos do § 1 do art. 43 da Lei nº 2.831/97, ou regulamentares concernentes à prestação do serviço, que paralisar o serviço por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior.

§ 2.º - A declaração de caducidade deverá ser precedida da verificação da inadimplência da PERMISSONÁRIA em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 3.º - Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à PERMISSONÁRIA os descumprimentos referidos no § 1.º desta Cláusula, dando-se-lhe um prazo mínimo de 30 (trinta) dias para corrigir as falhas e transgressões que lhe forem apontadas e para enquadramento, podendo ser prorrogado, por uma vez, se necessário.

§ 4.º - Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por ato do Presidente do PODER PERMITENTE.

§ 5.º - declarada a caducidade, não resultará para o PODER PERMITENTE qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da PERMISSONÁRIA.

### DA RESPONSABILIDADE DA PERMISSONÁRIA

CLÁUSULA OITAVA: A PERMISSONÁRIA será responsável, direta e exclusivamente, pelos prejuízos que causar ao PODER PERMITENTE ou a terceiros na execução dos serviços, não podendo imputar ao PODER PERMITENTE qualquer responsabilidade ou solidariedade pela prática de tais atos.

CLÁUSULA NONA: A infração às determinações contidas neste Contrato de Adesão e na legislação que o disciplina, sujeitará a PERMISSONÁRIA as seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa;

III – lacre;



IV – suspensão da permissão para execução do serviço;

V – retenção do veículo;

VI – caducidade da permissão.

§ 1.º - As sanções previstas nos incisos IV, V e VI poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

§ 2.º - As Sanções, estabelecidas nos incisos IV, V VI desta Cláusula, são de competência exclusiva do Presidente do PODER PERMITENTE, facultada a defesa da interessada no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após o decurso do prazo consignado.

§ 3.º - As sanções estabelecidas nos incisos I, II e III, desta Cláusula, são aplicadas pela Diretoria Técnica Operacional (DTO) do PODER PERMITENTE.

### DOS RECURSOS

CLÁUSULA DÉCIMA: Dos atos da Administração caberão os seguintes recursos:

I – a impugnação contra a aplicação das penalidades, previstas nos incisos I, II, III e V, da Cláusula Nona, será endereçada ao PODER PERMITENTE e decidida pela Comissão Permanente de Recursos de Inspeções do DETRO/RJ;

II – a impugnação contra a aplicação das demais penalidades previstas nos inciso IV e VI, da Cláusula Nona, será endereçada e decidida pelo Presidente do PODER PERMITENTE; e

III – contra a decisão proferida pela autoridade, referida no inciso II acima, caberá recurso, a ser examinado pelo Secretário Estadual de Transportes.

§ 1.º - O prazo das impugnações, previstas nos incisos I e II, desta Cláusula, será de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência inegável do fato.

§ 2.º - O prazo para a interposição dos recursos, previsto no inciso III desta Cláusula, bem como os seus efeitos serão regulados pelo Regulamento do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros, aprovado pelo Decreto n.º 3893/81, com suas alterações.



### DO PRAZO

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** O presente Contrato de Adesão de Prorrogação de Permissão de Serviço é outorgado pelo prazo de 15 (quinze) anos, prorrogável pelo mesmo período, desde que a PERMISSONÁRIA esteja executando o serviço de forma satisfatória.

### DA TRANSFERÊNCIA

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** A PERMISSONÁRIA poderá transferir a Permissão a terceiros, no todo ou em parte, bem como alterar o seu controle societário, desde de que haja prévia e expressa anuência do PODER PERMITENTE, observando-se, para tanto, as exigências contidas no parágrafo único do art. 32 da Lei nº 2.831/97.

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** Ficam ratificadas, através do presente Contrato de Adesão, todas as condições estipuladas no ato de permissão que ora se prorroga, no que se incluem os encargos e penalidades até a presente data estipulados, permanecendo em vigor todas as suas demais Cláusulas que não contrariem as constantes deste Contrato de Adesão.

### DO FORO

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro para a solução judicial das demandas relativas ao presente, não resolvidas amigavelmente, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

### DA PUBLICAÇÃO

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** O PODER PERMITENTE fará publicar, às expensas da PERMISSONÁRIA, o extrato deste Contrato de Adesão, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da sua assinatura.



E por estarem assim acordados, firmam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma para que produza os seus regulares e jurídicos efeitos, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1998

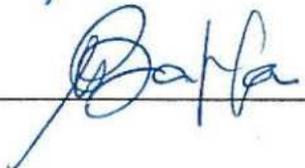
PODER PERMITENTE

:   
LUIZ ARMANDO DE MATTOS - PRESIDENTE

PERMISSIONÁRIA

:   
VIAÇÃO BEIRA MAR LTDA.

TESTEMUNHAS:





## CONTRATO DE ADESÃO PARA A PRORROGAÇÃO DE PERMISSÕES E DE AUTORIZAÇÕES

CONTRATO DE ADESÃO N.º 060/98 PARA A PRORROGAÇÃO DE PERMISSÕES E DE AUTORIZAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, LAVRADO PELO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – DETRO/RJ DAS LINHAS E SERVIÇOS CONSTANTES DO ANEXO I

Aos 15 ( quinze ) dias do mês de outubro, do ano de 1998, na sede do **Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro – DETRO/RJ**, situada na Rua São José, n.º 35 – 15.º andar, nesta Cidade, presentes: 1) essa Autarquia criada pela Lei n.º 1221/87, doravante denominada **PODER PERMITENTE**, neste ato representado por Seu Presidente, LUIZ ARMANDO DE MATTOS e 2) a empresa FAZENI TRANSPORTES E TURISMO LTDA., com sede na Rua Vereador Marinho Hemérito de Oliveira, n.º 1500 – Queimados – RJ , inscrita no CGC/MF sob o n.º 31367907/0001-17, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, representada neste ato por FÁTIMA CAETANO MOIRINHO, na qualidade de representante legal, na forma de seus atos constitutivos, Identidade n.º 04.335.943-9, emitida pelo IPF, e por força de Lei n.º 2831, de 13 de novembro de 1997, publicada em 14 de novembro do mesmo ano, no Diário Oficial do mesmo Estado, e conforme o decidido no Processo Administrativo n.º E-10/131.210/98, assinam perante as testemunhas a seguir nomeadas, o presente Contrato de Adesão, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** A prestação de serviços, objeto do presente Contrato de Adesão, reger-se-á pelas normas da Lei n.º 2831/97, pela Lei n.º 8666/93, pelos Decretos n.ºs. 3893/81, 22637/96 e 22490/96, que disciplinam os serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros neste Estado, e demais normas complementares, pelo Contrato de Adesão de Obrigação pertinente às Permissões e Autorizações em vigor das linhas e serviços constantes do Anexo I, parte integrante e complementar desta avença, pelas condições deste Contrato de Adesão e demais condições aplicáveis.



**CLÁUSULA SEGUNDA:** Consoante os Termos de Obrigação e demais atos administrativos, foi delegada pelo PODER PERMITENTE à PERMISSONÁRIA a execução dos serviços descritos no Anexo I, sendo que, por força da Lei n.º 2831/97, essa delegação fica mantida pelo prazo previsto neste Contrato de Adesão, encontrando-se em pleno vigor.

### **DA REMUNERAÇÃO E DO CUSTO TARIFÁRIO**

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Os serviços ora mantidos serão remunerados pela tarifa que assegure o equilíbrio econômico-financeiro da operação.

§ 1.º - A base de cálculo econômico da tarifa corresponderá à estrutura composta pelos custos variáveis (combustíveis, lubrificantes, rodagem, peças e acessórios), pelos custos fixos (depreciação, remuneração do capital, despesas administrativas e pessoal empregado ) e pelos custos de tributos e tarifas e preços incidentes.

§ 2.º - Observar-se-á o método de determinação da tarifa, de acordo com o Anexo II.

§ 3.º - As tarifas dos serviços, objeto do presente Contrato de Adesão, são as definidas no Anexo I.

### **DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO**

**CLÁUSULA QUARTA:** As tarifas dos serviços serão reajustadas, segundo a periodicidade prevista em lei, podendo ser revistas, no entanto, a qualquer tempo, nos termos do § 5.º, do art. 65, da Lei n.º 8666/93, com suas alterações c/c o art. 10, §§ 1.º e 2.º, da Lei n.º 2831/97.

### **DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSONÁRIA**

**CLÁUSULA QUINTA:** Pelo presente Contrato de Adesão, a PERMISSONÁRIA obriga-se à:

- I – manter a execução dos serviços já delegados;
- II – prestar serviço adequado na forma prevista neste Contrato de Adesão e nas normas técnicas regulamentares;



III – manter o inventário e o registro dos bens utilizados na prestação do serviço;

IV – prestar contas da gestão do serviço ao PODER PERMITENTE, nos Termos regulamentares;

V – cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e Cláusulas deste Contrato de Adesão;

VI – permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, aos equipamentos e instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;

VII – submeter os veículos a vistoria periódica conforme a legislação em vigor;

VIII – manter durante o prazo de vigência do presente Contrato de Adesão qualificação compatível com o exercício de prestação do serviço;

IX – observar as normas relativas às características dos veículos;

X – efetuar a substituição dos veículos quando atingirem o tempo limite de vida útil, conforme determinado pelo Regulamento;

XI – cobrar o preço da passagem de acordo com o valor fixado ou o posteriormente determinado pelo PODER PERMITENTE.

§ 1.º - Qualquer alteração societária da empresa PERMISSONÁRIA deverá ser comunicada previamente ao PODER PERMITENTE.

§ 2.º - As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela PERMISSONÁRIA, serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados e o outorgante.

### DOS ENCARGOS DO PODER PERMITENTE

**CLÁUSULA SEXTA:** Pelo presente Contrato de Adesão, o PODER PERMITENTE obriga-se à:

I – regulamentar e fiscalizar, permanentemente, a prestação do serviço delegado;



II – aplicar as penalidades regulamentares e as previstas no presente Contrato de Adesão;

III – extinguir a permissão, nos casos previstos neste Contrato de Adesão e Regulamento do Serviço;

IV – autorizar reajustes e proceder a revisão das tarifas e autorizar seu reajustamento, nos termos da legislação pertinente;

V – fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as Cláusulas do presente Contrato de Adesão;

VI – zelar pela boa qualidade do serviço; receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;

VII – estimular o aumento da qualidade; a preservação do meio ambiente e a conservação dos bens e equipamentos utilizados no serviço; e

VIII – garantir a plena execução da permissão.

Parágrafo Único - Em face do estabelecido no art. 71, da Lei n.º 8666/93, deverá apresentar a PERMISSONÁRIA, sempre que solicitada, a comprovação de quitação dos encargos previdenciários da mão-de-obra alocada à execução dos serviços permitidos.

### DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO

CLÁUSULA SÉTIMA: Extingue-se a PERMISSÃO por:

I – advento do termo do presente Contrato de Adesão;

II – encampação;

III – caducidade ou rescisão;

IV – desistência da exploração do serviço, parcial ou totalmente, mediante notificação escrita ao PODER PERMITENTE, obrigando-se a PERMISSONÁRIA a cumprir integralmente as Cláusulas da Permissão pelo período de 6 (seis) meses, após a referida notificação;

V – anulação; e

VI – falência ou extinção da PERMISSONÁRIA.



§ 1.º - Incorrerá em pena de caducidade ou rescisão a PERMISSIONÁRIA ao descumprir Cláusula do presente Contrato de Adesão, disposições legais previstas nos incisos do § 1 do art. 43 da Lei nº 2.831/97, ou regulamentares concernentes à prestação do serviço, que paralisar o serviço por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior.

§ 2.º - A declaração de caducidade deverá ser precedida da verificação da inadimplência da PERMISSIONÁRIA em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 3.º - Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à PERMISSIONÁRIA os descumprimentos referidos no § 1.º desta Cláusula, dando-se-lhe um prazo mínimo de 30 (trinta) dias para corrigir as falhas e transgressões que lhe forem apontadas e para enquadramento, podendo ser prorrogado, por uma vez, se necessário.

§ 4.º - Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por ato do Presidente do PODER PERMITENTE.

§ 5.º - declarada a caducidade, não resultará para o PODER PERMITENTE qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da PERMISSIONÁRIA.

### DA RESPONSABILIDADE DA PERMISSIONÁRIA

**CLÁUSULA OITAVA:** A PERMISSIONÁRIA será responsável, direta e exclusivamente, pelos prejuízos que causar ao PODER PERMITENTE ou a terceiros na execução dos serviços, não podendo imputar ao PODER PERMITENTE qualquer responsabilidade ou solidariedade pela prática de tais atos.

**CLÁUSULA NONA:** A infração às determinações contidas neste Contrato de Adesão e na legislação que o disciplina, sujeitará a PERMISSIONÁRIA as seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa;

III – lacre;



IV – suspensão da permissão para execução do serviço;

V – retenção do veículo;

VI – caducidade da permissão.

§ 1.º - As sanções previstas nos incisos IV, V e VI poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

§ 2.º - As Sanções, estabelecidas nos incisos IV, V VI desta Cláusula, são de competência exclusiva do Presidente do PODER PERMITENTE, facultada a defesa da interessada no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após o decurso do prazo consignado.

§ 3.º - As sanções estabelecidas nos incisos I, II e III, desta Cláusula, são aplicadas pela Diretoria Técnica Operacional (DTO) do PODER PERMITENTE.

### DOS RECURSOS

**CLÁUSULA DÉCIMA:** Dos atos da Administração caberão os seguintes recursos:

I – a impugnação contra a aplicação das penalidades, previstas nos incisos I, II, III e V, da Cláusula Nona, será endereçada ao PODER PERMITENTE e decidida pela Comissão Permanente de Recursos de Inspeções do DETRO/RJ;

II – a impugnação contra a aplicação das demais penalidades previstas nos inciso IV e VI, da Cláusula Nona, será endereçada e decidida pelo Presidente do PODER PERMITENTE; e

III – contra a decisão proferida pela autoridade, referida no inciso II acima, caberá recurso, a ser examinado pelo Secretário Estadual de Transportes.

§ 1.º - O prazo das impugnações, previstas nos incisos I e II, desta Cláusula, será de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência inegável do fato.

§ 2.º - O prazo para a interposição dos recursos, previsto no inciso III desta Cláusula, bem como os seus efeitos serão regulados pelo Regulamento do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros, aprovado pelo Decreto n.º 3893/81, com suas alterações.



### DO PRAZO

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** O presente Contrato de Adesão de Prorrogação de Permissão de Serviço é outorgado pelo prazo de 15 (quinze) anos, prorrogável pelo mesmo período, desde que a PERMISSONÁRIA esteja executando o serviço de forma satisfatória.

### DA TRANSFERÊNCIA

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** A PERMISSONÁRIA poderá transferir a Permissão a terceiros, no todo ou em parte, bem como alterar o seu controle societário, desde de que haja prévia e expressa anuência do PODER PERMITENTE, observando-se, para tanto, as exigências contidas no parágrafo único do art. 32 da Lei nº 2.831/97.

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** Ficam ratificadas, através do presente Contrato de Adesão, todas as condições estipuladas no ato de permissão que ora se prorroga, no que se incluem os encargos e penalidades até a presente data estipulados, permanecendo em vigor todas as suas demais Cláusulas que não contrariem as constantes deste Contrato de Adesão.

### DO FORO

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro para a solução judicial das demandas relativas ao presente, não resolvidas amigavelmente, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

### DA PUBLICAÇÃO

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** O PODER PERMITENTE fará publicar, às expensas da PERMISSONÁRIA, o extrato deste Contrato de Adesão, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da sua assinatura.



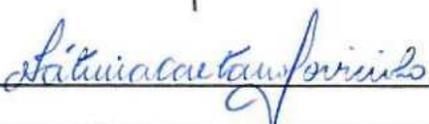
E por estarem assim acordados, firmam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma para que produza os seus regulares e jurídicos efeitos, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1998

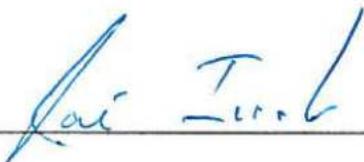
PODER PERMITENTE

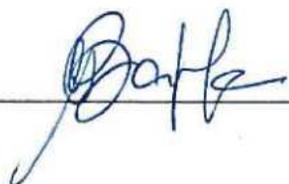
:   
LUIZ ARMANDO DE MATTOS - PRESIDENTE

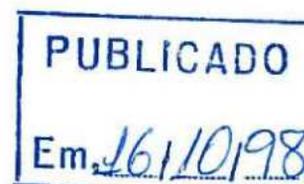
PERMISSIONÁRIA

:   
FAZENI TRANSPORTES E TURISMO LTDA.

TESTEMUNHAS:







85



## CONTRATO DE ADESÃO PARA A PRORROGAÇÃO DE PERMISSÕES E DE AUTORIZAÇÕES

**CONTRATO DE ADESÃO N.º 061/98 PARA A  
PRORROGAÇÃO DE PERMISSÕES E DE  
AUTORIZAÇÕES DE SERVIÇOS DE  
TRANSPORTE RODOVIÁRIO  
INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS,  
LAVRADO PELO DEPARTAMENTO DE  
TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO – DETRO/RJ DAS  
LINHAS E SERVIÇOS CONSTANTES DO  
ANEXO I**

Aos 04 ( quatro ) dias do mês de novembro, do ano de 1998, na sede do **Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro – DETRO/RJ**, situada na Rua São José, n.º 35 – 15.º andar, nesta Cidade, presentes: 1) essa Autarquia criada pela Lei n.º 1221/87, doravante denominada **PODER PERMITENTE**, neste ato representado por Seu Presidente, **LUIZ ARMANDO DE MATTOS** e 2) a empresa **J. C. GUIMARÃES TRANSPORTES COLETIVOS LTDA.**, com sede na Av. Vereador Chequer Elias, n.º 1777 – Vila Helena, Barra do Pirai – RJ , inscrita no CGC/MF sob o n.º 29.450.657/0001-32, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, representada neste ato por **ISMAEL MOREIRA DA SILVA**, na qualidade de representante legal, na forma de seus atos constitutivos, Identidade n.º 168434, emitida pelo IPF, e por força de Lei n.º 2831, de 13 de novembro de 1997, publicada em 14 de novembro do mesmo ano, no Diário Oficial do mesmo Estado, e conforme o decidido no Processo Administrativo n.º E-10/132.138/98, assinam perante as testemunhas a seguir nomeadas, o presente Contrato de Adesão, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** A prestação de serviços, objeto do presente Contrato de Adesão, reger-se-á pelas normas da Lei n.º 2831/97, pela Lei n.º 8666/93, pelos Decretos n.ºs. 3893/81, 22637/96 e 22490/96, que disciplinam os serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros neste Estado, e demais normas complementares, pelo Contrato de Adesão de Obrigação pertinente às Permissões e Autorizações em vigor das linhas e serviços constantes do Anexo I, parte integrante e complementar desta avença, pelas condições deste Contrato de Adesão e demais condições aplicáveis.



**CLÁUSULA SEGUNDA:** Consoante os Termos de Obrigação e demais atos administrativos, foi delegada pelo PODER PERMITENTE à PERMISSONÁRIA a execução dos serviços descritos no Anexo I, sendo que, por força da Lei n.º 2831/97, essa delegação fica mantida pelo prazo previsto neste Contrato de Adesão, encontrando-se em pleno vigor.

### **DA REMUNERAÇÃO E DO CUSTO TARIFÁRIO**

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Os serviços ora mantidos serão remunerados pela tarifa que assegure o equilíbrio econômico-financeiro da operação.

§ 1.º - A base de cálculo econômico da tarifa corresponderá à estrutura composta pelos custos variáveis (combustíveis, lubrificantes, rodagem, peças e acessórios), pelos custos fixos (depreciação, remuneração do capital, despesas administrativas e pessoal empregado) e pelos custos de tributos e tarifas e preços incidentes.

§ 2.º - Observar-se-á o método de determinação da tarifa, de acordo com o Anexo II.

§ 3.º - As tarifas dos serviços, objeto do presente Contrato de Adesão, são as definidas no Anexo I.

### **DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO**

**CLÁUSULA QUARTA:** As tarifas dos serviços serão reajustadas, segundo a periodicidade prevista em lei, podendo ser revistas, no entanto, a qualquer tempo, nos termos do § 5.º, do art. 65, da Lei n.º 8666/93, com suas alterações c/c o art. 10, §§ 1.º e 2.º, da Lei n.º 2831/97.

### **DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSONÁRIA**

**CLÁUSULA QUINTA:** Pelo presente Contrato de Adesão, a PERMISSONÁRIA obriga-se à:

I – manter a execução dos serviços já delegados;

II – prestar serviço adequado na forma prevista neste Contrato de Adesão e nas normas técnicas regulamentares;



III – manter o inventário e o registro dos bens utilizados na prestação do serviço;

IV – prestar contas da gestão do serviço ao PODER PERMITENTE, nos Termos regulamentares;

V – cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e Cláusulas deste Contrato de Adesão;

VI – permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, aos equipamentos e instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;

VII – submeter os veículos a vistoria periódica conforme a legislação em vigor;

VIII – manter durante o prazo de vigência do presente Contrato de Adesão qualificação compatível com o exercício de prestação do serviço;

IX – observar as normas relativas às características dos veículos;

X – efetuar a substituição dos veículos quando atingirem o tempo limite de vida útil, conforme determinado pelo Regulamento;

XI – cobrar o preço da passagem de acordo com o valor fixado ou o posteriormente determinado pelo PODER PERMITENTE.

§ 1.º - Qualquer alteração societária da empresa PERMISSONÁRIA deverá ser comunicada previamente ao PODER PERMITENTE.

§ 2.º - As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela PERMISSONÁRIA, serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados e o outorgante.

### DOS ENCARGOS DO PODER PERMITENTE

**CLÁUSULA SEXTA:** Pelo presente Contrato de Adesão, o PODER PERMITENTE obriga-se à:

I – regulamentar e fiscalizar, permanentemente, a prestação do serviço delegado;



II – aplicar as penalidades regulamentares e as previstas no presente Contrato de Adesão;

III – extinguir a permissão, nos casos previstos neste Contrato de Adesão e Regulamento do Serviço;

IV – autorizar reajustes e proceder a revisão das tarifas e autorizar seu reajustamento, nos termos da legislação pertinente;

V – fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as Cláusulas do presente Contrato de Adesão;

VI – zelar pela boa qualidade do serviço; receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;

VII – estimular o aumento da qualidade; a preservação do meio ambiente e a conservação dos bens e equipamentos utilizados no serviço; e

VIII – garantir a plena execução da permissão.

Parágrafo Único - Em face do estabelecido no art. 71, da Lei n.º 8666/93, deverá apresentar a PERMISSONÁRIA, sempre que solicitada, a comprovação de quitação dos encargos previdenciários da mão-de-obra alocada à execução dos serviços permitidos.

### DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO

CLÁUSULA SÉTIMA: Extingue-se a PERMISSÃO por:

I – advento do termo do presente Contrato de Adesão;

II – encampação;

III – caducidade ou rescisão;

IV – desistência da exploração do serviço, parcial ou totalmente, mediante notificação escrita ao PODER PERMITENTE, obrigando-se a PERMISSONÁRIA a cumprir integralmente as Cláusulas da Permissão pelo período de 6 (seis) meses, após a referida notificação;

V – anulação; e

VI – falência ou extinção da PERMISSONÁRIA.

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten initials]* *[Handwritten initials]*



§ 1.º - Incorrerá em pena de caducidade ou rescisão a PERMISSONÁRIA ao descumprir Cláusula do presente Contrato de Adesão, disposições legais previstas nos incisos do § 1 do art. 43 da Lei nº 2.831/97, ou regulamentares concernentes à prestação do serviço, que paralisar o serviço por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior.

§ 2.º - A declaração de caducidade deverá ser precedida da verificação da inadimplência da PERMISSONÁRIA em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 3.º - Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à PERMISSONÁRIA os descumprimentos referidos no § 1.º desta Cláusula, dando-se-lhe um prazo mínimo de 30 (trinta) dias para corrigir as falhas e transgressões que lhe forem apontadas e para enquadramento, podendo ser prorrogado, por uma vez, se necessário.

§ 4.º - Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por ato do Presidente do PODER PERMITENTE.

§ 5.º - declarada a caducidade, não resultará para o PODER PERMITENTE qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da PERMISSONÁRIA.

### DA RESPONSABILIDADE DA PERMISSONÁRIA

**CLÁUSULA OITAVA:** A PERMISSONÁRIA será responsável, direta e exclusivamente, pelos prejuízos que causar ao PODER PERMITENTE ou a terceiros na execução dos serviços, não podendo imputar ao PODER PERMITENTE qualquer responsabilidade ou solidariedade pela prática de tais atos.

**CLÁUSULA NONA:** A infração às determinações contidas neste Contrato de Adesão e na legislação que o disciplina, sujeitará a PERMISSONÁRIA as seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa;

III – lacre;



IV – suspensão da permissão para execução do serviço;

V – retenção do veículo;

VI – caducidade da permissão.

§ 1.º - As sanções previstas nos incisos IV, V e VI poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

§ 2.º - As Sanções, estabelecidas nos incisos IV, V VI desta Cláusula, são de competência exclusiva do Presidente do PODER PERMITENTE, facultada a defesa da interessada no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após o decurso do prazo consignado.

§ 3.º - As sanções estabelecidas nos incisos I, II e III, desta Cláusula, são aplicadas pela Diretoria Técnica Operacional (DTO) do PODER PERMITENTE.

### DOS RECURSOS

**CLÁUSULA DÉCIMA:** Dos atos da Administração caberão os seguintes recursos:

I – a impugnação contra a aplicação das penalidades, previstas nos incisos I, II, III e V, da Cláusula Nona, será endereçada ao PODER PERMITENTE e decidida pela Comissão Permanente de Recursos de Inspeções do DETRO/RJ;

II – a impugnação contra a aplicação das demais penalidades previstas nos inciso IV e VI, da Cláusula Nona, será endereçada e decidida pelo Presidente do PODER PERMITENTE; e

III – contra a decisão proferida pela autoridade, referida no inciso II acima, caberá recurso, a ser examinado pelo Secretário Estadual de Transportes.

§ 1.º - O prazo das impugnações, previstas nos incisos I e II, desta Cláusula, será de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência inegável do fato.

§ 2.º - O prazo para a interposição dos recursos, previsto no inciso III desta Cláusula, bem como os seus efeitos serão regulados pelo Regulamento do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros, aprovado pelo Decreto n.º 3893/81, com suas alterações.



### DO PRAZO

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** O presente Contrato de Adesão de Prorrogação de Permissão de Serviço é outorgado pelo prazo de 15 (quinze) anos, prorrogável pelo mesmo período, desde que a PERMISSONÁRIA esteja executando o serviço de forma satisfatória.

### DA TRANSFERÊNCIA

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** A PERMISSONÁRIA poderá transferir a Permissão a terceiros, no todo ou em parte, bem como alterar o seu controle societário, desde de que haja prévia e expressa anuência do PODER PERMITENTE, observando-se, para tanto, as exigências contidas no parágrafo único do art. 32 da Lei nº 2.831/97.

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** Ficam ratificadas, através do presente Contrato de Adesão, todas as condições estipuladas no ato de permissão que ora se prorroga, no que se incluem os encargos e penalidades até a presente data estipulados, permanecendo em vigor todas as suas demais Cláusulas que não contrariem as constantes deste Contrato de Adesão.

### DO FORO

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro para a solução judicial das demandas relativas ao presente, não resolvidas amigavelmente, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

### DA PUBLICAÇÃO

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** O PODER PERMITENTE fará publicar, às expensas da PERMISSONÁRIA, o extrato deste Contrato de Adesão, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da sua assinatura.

*Luiz Carlos de F. M.*

*91*



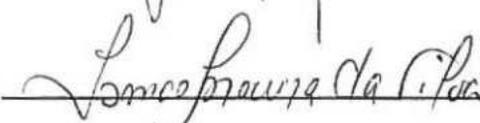
E por estarem assim acordados, firmam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma para que produza os seus regulares e jurídicos efeitos, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 04 de novembro de 1998

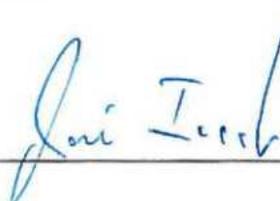
PODER PERMITENTE

:   
LUIZ ARMANDO DE MATTOS - PRESIDENTE

PERMISSIONÁRIA

:   
J. C. GUIMARÃES TRANSPORTES COLETIVOS LTDA.

TESTEMUNHAS:

  
\_\_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_





## CONTRATO DE ADESÃO PARA A PRORROGAÇÃO DE PERMISSÕES E DE AUTORIZAÇÕES

CONTRATO DE ADESÃO N ° 062/98 PARA A  
PRORROGAÇÃO DE PERMISSÕES E DE  
AUTORIZAÇÕES DE SERVIÇOS DE  
TRANSPORTE RODOVIÁRIO  
INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS,  
LAVRADO PELO DEPARTAMENTO DE  
TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO – DETRO/RJ DAS  
LINHAS E SERVIÇOS CONSTANTES DO  
ANEXO I

Aos 04(quatro ) dias do mês de novembro, do ano de 1998, na sede do **Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro – DETRO/RJ**, situada na Rua São José, n.º 35 – 15.º andar, nesta Cidade, presentes: 1) essa Autarquia criada pela Lei n.º 1221/87, doravante denominada **PODER PERMITENTE**, neste ato representado por Seu Presidente, LUIZ ARMANDO DE MATTOS e 2) a empresa EXPRESSO MANGARATIBA LTDA. , com sede na Rua Almirante Barroso , n.º 800, Duque de Caxias , inscrita no CGC/MF sob o n.º 31.916.059/0001-58, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, representada neste ato por MANUEL MARIA GONÇALVES PORTELINHA, na qualidade de representante legal, na forma de seus atos constitutivos, Identidade n.º RNE WO77852-N, emitida pelo SE/DPMAF/DPF , e por força de Lei n.º 2831, de 13 de novembro de 1997, publicada em 14 de novembro do mesmo ano, no Diário Oficial do mesmo Estado, e conforme o decidido no Processo Administrativo n.º E-10/131.755/98, assinam perante as testemunhas a seguir nomeadas, o presente Contrato de Adesão, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** A prestação de serviços, objeto do presente Contrato de Adesão, reger-se-á pelas normas da Lei n.º 2831/97, pela Lei n.º 8666/93, pelos Decretos n.ºs. 3893/81, 22637/96 e 22490/96, que disciplinam os serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros neste Estado, e demais normas complementares, pelo Contrato de Adesão de Obrigação pertinente às Permissões e Autorizações em vigor das linhas e serviços constantes do Anexo I, parte integrante e complementar desta avença, pelas condições deste Contrato de Adesão e demais condições aplicáveis.



**CLÁUSULA SEGUNDA:** Consoante os Termos de Obrigação e demais atos administrativos, foi delegada pelo PODER PERMITENTE à PERMISSONÁRIA a execução dos serviços descritos no Anexo I, sendo que, por força da Lei n.º 2831/97, essa delegação fica mantida pelo prazo previsto neste Contrato de Adesão, encontrando-se em pleno vigor.

### **DA REMUNERAÇÃO E DO CUSTO TARIFÁRIO**

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Os serviços ora mantidos serão remunerados pela tarifa que assegure o equilíbrio econômico-financeiro da operação.

§ 1.º - A base de cálculo econômico da tarifa corresponderá à estrutura composta pelos custos variáveis (combustíveis, lubrificantes, rodagem, peças e acessórios), pelos custos fixos (depreciação, remuneração do capital, despesas administrativas e pessoal empregado) e pelos custos de tributos e tarifas e preços incidentes.

§ 2.º - Observar-se-á o método de determinação da tarifa, de acordo com o Anexo II.

§ 3.º - As tarifas dos serviços, objeto do presente Contrato de Adesão, são as definidas no Anexo I.

### **DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO**

**CLÁUSULA QUARTA:** As tarifas dos serviços serão reajustadas, segundo a periodicidade prevista em lei, podendo ser revistas, no entanto, a qualquer tempo, nos termos do § 5.º, do art. 65, da Lei n.º 8666/93, com suas alterações c/c o art. 10, §§ 1.º e 2.º, da Lei n.º 2831/97.

### **DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSONÁRIA**

**CLÁUSULA QUINTA:** Pelo presente Contrato de Adesão, a PERMISSONÁRIA obriga-se à:

I – manter a execução dos serviços já delegados;



II – prestar serviço adequado na forma prevista neste Contrato de Adesão e nas normas técnicas regulamentares;

III – manter o inventário e o registro dos bens utilizados na prestação do serviço;

IV – prestar contas da gestão do serviço ao PODER PERMITENTE, nos Termos regulamentares;

V – cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e Cláusulas deste Contrato de Adesão;

VI – permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, aos equipamentos e instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;

VII – submeter os veículos a vistoria periódica conforme a legislação em vigor;

VIII – manter durante o prazo de vigência do presente Contrato de Adesão qualificação compatível com o exercício de prestação do serviço;

IX – observar as normas relativas às características dos veículos;

X – efetuar a substituição dos veículos quando atingirem o tempo limite de vida útil, conforme determinado pelo Regulamento;

XI – cobrar o preço da passagem de acordo com o valor fixado ou o posteriormente determinado pelo PODER PERMITENTE.

§ 1.º - Qualquer alteração societária da empresa PERMISSONÁRIA deverá ser comunicada previamente ao PODER PERMITENTE.

§ 2.º - As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela PERMISSONÁRIA, serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados e o outorgante.

**DOS ENCARGOS DO PODER PERMITENTE**

**CLÁUSULA SEXTA:** Pelo presente Contrato de Adesão, o PODER PERMITENTE obriga-se à:



**2531**

I – regulamentar e fiscalizar, permanentemente, a prestação do serviço delegado;

II – aplicar as penalidades regulamentares e as previstas no presente Contrato de Adesão;

III – extinguir a permissão, nos casos previstos neste Contrato de Adesão e Regulamento do Serviço;

IV – autorizar reajustes e proceder a revisão das tarifas e autorizar seu reajustamento, nos termos da legislação pertinente;

V – fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as Cláusulas do presente Contrato de Adesão;

VI – zelar pela boa qualidade do serviço; receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;

VII – estimular o aumento da qualidade; a preservação do meio ambiente e a conservação dos bens e equipamentos utilizados no serviço; e

VIII – garantir a plena execução da permissão.

Parágrafo Único - Em face do estabelecido no art. 71, da Lei n.º 8666/93, deverá apresentar a PERMISSIONÁRIA, sempre que solicitada, a comprovação de quitação dos encargos previdenciários da mão-de-obra alocada à execução dos serviços permitidos.

### **DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO**

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Extingue-se a PERMISSÃO por:

I – advento do termo do presente Contrato de Adesão;

II – encampação;

III – caducidade ou rescisão;

IV – desistência da exploração do serviço, parcial ou totalmente, mediante notificação escrita ao PODER PERMITENTE, obrigando-se a PERMISSIONÁRIA a cumprir integralmente as Cláusulas da Permissão pelo período de 6 (seis) meses, após a referida notificação;

V – anulação; e



## VI – falência ou extinção da PERMISSONÁRIA.

§ 1.º - Incorrerá em pena de caducidade ou rescisão a PERMISSONÁRIA ao descumprir Cláusula do presente Contrato de Adesão, disposições legais previstas nos incisos do § 1 do art. 43 da Lei nº 2.831/97, ou regulamentares concernentes à prestação do serviço, que paralisar o serviço por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior.

§ 2.º - A declaração de caducidade deverá ser precedida da verificação da inadimplência da PERMISSONÁRIA em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 3.º - Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à PERMISSONÁRIA os descumprimentos referidos no § 1.º desta Cláusula, dando-se-lhe um prazo mínimo de 30 (trinta) dias para corrigir as falhas e transgressões que lhe forem apontadas e para enquadramento, podendo ser prorrogado, por uma vez, se necessário.

§ 4.º - Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por ato do Presidente do PODER PERMITENTE.

§ 5.º - declarada a caducidade, não resultará para o PODER PERMITENTE qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da PERMISSONÁRIA.

### DA RESPONSABILIDADE DA PERMISSONÁRIA

**CLÁUSULA OITAVA:** A PERMISSONÁRIA será responsável, direta e exclusivamente, pelos prejuízos que causar ao PODER PERMITENTE ou a terceiros na execução dos serviços, não podendo imputar ao PODER PERMITENTE qualquer responsabilidade ou solidariedade pela prática de tais atos.

**CLÁUSULA NONA:** A infração às determinações contidas neste Contrato de Adesão e na legislação que o disciplina, sujeitará a PERMISSONÁRIA as seguintes penalidades:

- I – advertência;
- II – multa;



III – lacre;

IV – suspensão da permissão para execução do serviço;

V – retenção do veículo;

VI – caducidade da permissão.

§ 1.º - As sanções previstas nos incisos IV, V e VI poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

§ 2.º - As Sanções, estabelecidas nos incisos IV, V VI desta Cláusula, são de competência exclusiva do Presidente do PODER PERMITENTE, facultada a defesa da interessada no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após o decurso do prazo consignado.

§ 3.º - As sanções estabelecidas nos incisos I, II e III, desta Cláusula, são aplicadas pela Diretoria Técnica Operacional (DTO) do PODER PERMITENTE.

### DOS RECURSOS

CLÁUSULA DÉCIMA: Dos atos da Administração caberão os seguintes recursos:

I – a impugnação contra a aplicação das penalidades, previstas nos incisos I, II, III e V, da Cláusula Nona, será endereçada ao PODER PERMITENTE e decidida pela Comissão Permanente de Recursos de Inspeções do DETRO/RJ;

II – a impugnação contra a aplicação das demais penalidades previstas nos inciso IV e VI, da Cláusula Nona, será endereçada e decidida pelo Presidente do PODER PERMITENTE; e

III – contra a decisão proferida pela autoridade, referida no inciso II acima, caberá recurso, a ser examinado pelo Secretário Estadual de Transportes.

§ 1.º - O prazo das impugnações, previstas nos incisos I e II, desta Cláusula, será de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência inegável do fato.

§ 2.º - O prazo para a interposição dos recursos, previsto no inciso III desta Cláusula, bem como os seus efeitos serão regulados pelo Regulamento do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros, aprovado pelo Decreto n.º 3893/81, com suas alterações.

### DO PRAZO



**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** O presente Contrato de Adesão de Prorrogação de Permissão de Serviço é outorgado pelo prazo de 15 (quinze) anos, prorrogável pelo mesmo período, desde que a PERMISSONÁRIA esteja executando o serviço de forma satisfatória.

#### **DA TRANSFERÊNCIA**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** A PERMISSONÁRIA poderá transferir a Permissão a terceiros, no todo ou em parte, bem como alterar o seu controle societário, desde de que haja prévia e expressa anuência do PODER PERMITENTE, observando-se, para tanto, as exigências contidas no parágrafo único do art. 32 da Lei nº 2.831/97.

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** Ficam ratificadas, através do presente Contrato de Adesão, todas as condições estipuladas no ato de permissão que ora se prorroga, no que se incluem os encargos e penalidades até a presente data estipulados, permanecendo em vigor todas as suas demais Cláusulas que não contrariem as constantes deste Contrato de Adesão.

#### **DO FORO**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro para a solução judicial das demandas relativas ao presente, não resolvidas amigavelmente, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### **DA PUBLICAÇÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** O PODER PERMITENTE fará publicar, às expensas da PERMISSONÁRIA, o extrato deste Contrato de Adesão, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da sua assinatura.



2535

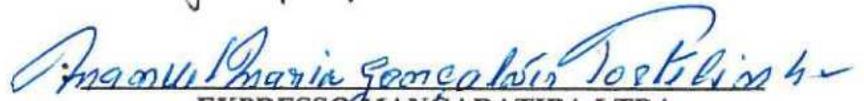
E por estarem assim acordados, firmam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma para que produza os seus regulares e jurídicos efeitos, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 04 de novembro de 1998

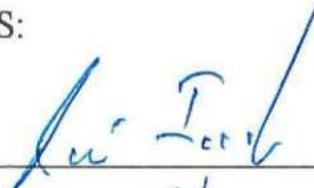
PODER PERMITENTE

:   
LUIZ ARMANDO DE MATTOS - PRESIDENTE

PERMISSIONÁRIA

  
EXPRESSO MANGARATIBA LTDA.

TESTEMUNHAS:

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_

PUBLICADO  
Em. 29/11/98



2621

## CONTRATO DE ADESÃO PARA A PRORROGAÇÃO DE PERMISSÕES E DE AUTORIZAÇÕES

CONTRATO DE ADESÃO N ° 063/98 PARA A  
PRORROGAÇÃO DE PERMISSÕES E DE  
AUTORIZAÇÕES DE SERVIÇOS DE  
TRANSPORTE RODOVIÁRIO  
INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS,  
LAVRADO PELO DEPARTAMENTO DE  
TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO – DETRO/RJ DAS  
LINHAS E SERVIÇOS CONSTANTES DO  
ANEXO I

Aos 04(quatro ) dias do mês de novembro, do ano de 1998, na sede do **Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro – DETRO/RJ**, situada na Rua São José, n.º 35 – 15.º andar, nesta Cidade, presentes: 1) essa Autarquia criada pela Lei n.º 1221/87, doravante denominada **PODER PERMITENTE**, neste ato representado por Seu Presidente, LUIZ ARMANDO DE MATTOS e 2) a empresa CAVALCANTI & CIA. LTDA. , com sede na Rua Alberto Teixeira Cunha , n.º 712 , Nilópolis , inscrita no CGC/MF sob o n.º 29.915.238/0001-29, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, representada neste ato por GILBERTO RODRIGUES CAVALCANTI , na qualidade de representante legal, na forma de seus atos constitutivos, Identidade n.º 74-1-02738-1-D emitida pelo CREA/RJ, e por força de Lei n.º 2831, de 13 de novembro de 1997, publicada em 14 de novembro do mesmo ano, no Diário Oficial do mesmo Estado, e conforme o decidido no Processo Administrativo n.º E-10/130.736/98, assinam perante as testemunhas a seguir nomeadas, o presente Contrato de Adesão, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** A prestação de serviços, objeto do presente Contrato de Adesão, reger-se-á pelas normas da Lei n.º 2831/97, pela Lei n.º 8666/93, pelos Decretos n.ºs. 3893/81, 22637/96 e 22490/96, que disciplinam os serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros neste Estado, e demais normas complementares, pelo Contrato de Adesão de Obrigação pertinente às Permissões e Autorizações em vigor das linhas e serviços constantes do Anexo I, parte integrante e complementar desta avença, pelas condições deste Contrato de Adesão e demais condições aplicáveis.



**CLÁUSULA SEGUNDA:** Consoante os Termos de Obrigação e demais atos administrativos, foi delegada pelo PODER PERMITENTE à PERMISSONÁRIA a execução dos serviços descritos no Anexo I, sendo que, por força da Lei n.º 2831/97, essa delegação fica mantida pelo prazo previsto neste Contrato de Adesão, encontrando-se em pleno vigor.

### DA REMUNERAÇÃO E DO CUSTO TARIFÁRIO

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Os serviços ora mantidos serão remunerados pela tarifa que assegure o equilíbrio econômico-financeiro da operação.

§ 1.º - A base de cálculo econômico da tarifa corresponderá à estrutura composta pelos custos variáveis (combustíveis, lubrificantes, rodagem, peças e acessórios), pelos custos fixos (depreciação, remuneração do capital, despesas administrativas e pessoal empregado) e pelos custos de tributos e tarifas e preços incidentes.

§ 2.º - Observar-se-á o método de determinação da tarifa, de acordo com o Anexo II.

§ 3.º - As tarifas dos serviços, objeto do presente Contrato de Adesão, são as definidas no Anexo I.

### DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO

**CLÁUSULA QUARTA:** As tarifas dos serviços serão reajustadas, segundo a periodicidade prevista em lei, podendo ser revistas, no entanto, a qualquer tempo, nos termos do § 5.º, do art. 65, da Lei n.º 8666/93, com suas alterações c/c o art. 10, §§ 1.º e 2.º, da Lei n.º 2831/97.

### DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSONÁRIA

**CLÁUSULA QUINTA:** Pelo presente Contrato de Adesão, a PERMISSONÁRIA obriga-se à:

I – manter a execução dos serviços já delegados;



II – prestar serviço adequado na forma prevista neste Contrato de Adesão e nas normas técnicas regulamentares;

III – manter o inventário e o registro dos bens utilizados na prestação do serviço;

IV – prestar contas da gestão do serviço ao PODER PERMITENTE, nos Termos regulamentares;

V – cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e Cláusulas deste Contrato de Adesão;

VI – permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, aos equipamentos e instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;

VII – submeter os veículos a vistoria periódica conforme a legislação em vigor;

VIII – manter durante o prazo de vigência do presente Contrato de Adesão qualificação compatível com o exercício de prestação do serviço;

IX – observar as normas relativas às características dos veículos;

X – efetuar a substituição dos veículos quando atingirem o tempo limite de vida útil, conforme determinado pelo Regulamento;

XI – cobrar o preço da passagem de acordo com o valor fixado ou o posteriormente determinado pelo PODER PERMITENTE.

§ 1.º - Qualquer alteração societária da empresa PERMISSONÁRIA deverá ser comunicada previamente ao PODER PERMITENTE.

§ 2.º - As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela PERMISSONÁRIA, serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados e o outorgante.

### DOS ENCARGOS DO PODER PERMITENTE

**CLÁUSULA SEXTA:** Pelo presente Contrato de Adesão, o PODER PERMITENTE obriga-se à:



- I – regulamentar e fiscalizar, permanentemente, a prestação do serviço delegado;
- II – aplicar as penalidades regulamentares e as previstas no presente Contrato de Adesão;
- III – extinguir a permissão, nos casos previstos neste Contrato de Adesão e Regulamento do Serviço;
- IV – autorizar reajustes e proceder a revisão das tarifas e autorizar seu reajustamento, nos termos da legislação pertinente;
- V – fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as Cláusulas do presente Contrato de Adesão;
- VI – zelar pela boa qualidade do serviço; receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;
- VII – estimular o aumento da qualidade; a preservação do meio ambiente e a conservação dos bens e equipamentos utilizados no serviço; e
- VIII – garantir a plena execução da permissão.

Parágrafo Único - Em face do estabelecido no art. 71, da Lei n.º 8666/93, deverá apresentar a PERMISSONÁRIA, sempre que solicitada, a comprovação de quitação dos encargos previdenciários da mão-de-obra alocada à execução dos serviços permitidos.

### DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO

CLÁUSULA SÉTIMA: Extingue-se a PERMISSÃO por:

- I – advento do termo do presente Contrato de Adesão;
- II – encampação;
- III – caducidade ou rescisão;
- IV – desistência da exploração do serviço, parcial ou totalmente, mediante notificação escrita ao PODER PERMITENTE, obrigando-se a PERMISSONÁRIA a cumprir integralmente as Cláusulas da Permissão pelo período de 6 (seis) meses, após a referida notificação;
- V – anulação; e



## VI – falência ou extinção da PERMISSONÁRIA.

§ 1.º - Incorrerá em pena de caducidade ou rescisão a PERMISSONÁRIA ao descumprir Cláusula do presente Contrato de Adesão, disposições legais previstas nos incisos do § 1 do art. 43 da Lei nº 2.831/97, ou regulamentares concernentes à prestação do serviço, que paralisar o serviço por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior.

§ 2.º - A declaração de caducidade deverá ser precedida da verificação da inadimplência da PERMISSONÁRIA em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 3.º - Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à PERMISSONÁRIA os descumprimentos referidos no § 1.º desta Cláusula, dando-se-lhe um prazo mínimo de 30 (trinta) dias para corrigir as falhas e transgressões que lhe forem apontadas e para enquadramento, podendo ser prorrogado, por uma vez, se necessário.

§ 4.º - Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por ato do Presidente do PODER PERMITENTE.

§ 5.º - declarada a caducidade, não resultará para o PODER PERMITENTE qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da PERMISSONÁRIA.

### DA RESPONSABILIDADE DA PERMISSONÁRIA

**CLÁUSULA OITAVA:** A PERMISSONÁRIA será responsável, direta e exclusivamente, pelos prejuízos que causar ao PODER PERMITENTE ou a terceiros na execução dos serviços, não podendo imputar ao PODER PERMITENTE qualquer responsabilidade ou solidariedade pela prática de tais atos.

**CLÁUSULA NONA:** A infração às determinações contidas neste Contrato de Adesão e na legislação que o disciplina, sujeitará a PERMISSONÁRIA as seguintes penalidades:

- I – advertência;
- II – multa;



III – lacre;

IV – suspensão da permissão para execução do serviço;

V – retenção do veículo;

VI – caducidade da permissão.

§ 1.º - As sanções previstas nos incisos IV, V e VI poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

§ 2.º - As Sanções, estabelecidas nos incisos IV, V VI desta Cláusula, são de competência exclusiva do Presidente do PODER PERMITENTE, facultada a defesa da interessada no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após o decurso do prazo consignado.

§ 3.º - As sanções estabelecidas nos incisos I, II e III, desta Cláusula, são aplicadas pela Diretoria Técnica Operacional (DTO) do PODER PERMITENTE.

### DOS RECURSOS

**CLÁUSULA DÉCIMA:** Dos atos da Administração caberão os seguintes recursos:

I – a impugnação contra a aplicação das penalidades, previstas nos incisos I, II, III e V, da Cláusula Nona, será endereçada ao PODER PERMITENTE e decidida pela Comissão Permanente de Recursos de Inspeções do DETRO/RJ;

II – a impugnação contra a aplicação das demais penalidades previstas nos inciso IV e VI, da Cláusula Nona, será endereçada e decidida pelo Presidente do PODER PERMITENTE; e

III – contra a decisão proferida pela autoridade, referida no inciso II acima, caberá recurso, a ser examinado pelo Secretário Estadual de Transportes.

§ 1.º - O prazo das impugnações, previstas nos incisos I e II, desta Cláusula, será de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência inegável do fato.

§ 2.º - O prazo para a interposição dos recursos, previsto no inciso III desta Cláusula, bem como os seus efeitos serão regulados pelo Regulamento do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros, aprovado pelo Decreto n.º 3893/81, com suas alterações.

### DO PRAZO



**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** O presente Contrato de Adesão de Prorrogação de Permissão de Serviço é outorgado pelo prazo de 15 (quinze) anos, prorrogável pelo mesmo período, desde que a PERMISSONÁRIA esteja executando o serviço de forma satisfatória.

### **DA TRANSFERÊNCIA**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** A PERMISSONÁRIA poderá transferir a Permissão a terceiros, no todo ou em parte, bem como alterar o seu controle societário, desde de que haja prévia e expressa anuência do PODER PERMITENTE, observando-se, para tanto, as exigências contidas no parágrafo único do art. 32 da Lei nº 2.831/97.

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** Ficam ratificadas, através do presente Contrato de Adesão, todas as condições estipuladas no ato de permissão que ora se prorroga, no que se incluem os encargos e penalidades até a presente data estipulados, permanecendo em vigor todas as suas demais Cláusulas que não contrariem as constantes deste Contrato de Adesão.

### **DO FORO**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro para a solução judicial das demandas relativas ao presente, não resolvidas amigavelmente, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

### **DA PUBLICAÇÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** O PODER PERMITENTE fará publicar, às expensas da PERMISSONÁRIA, o extrato deste Contrato de Adesão, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da sua assinatura.



2628

E por estarem assim acordados, firmam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma para que produza os seus regulares e jurídicos efeitos, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 04 de novembro de 1998

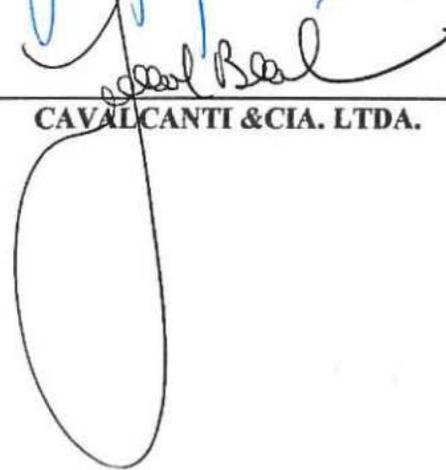
PODER PERMITENTE

:

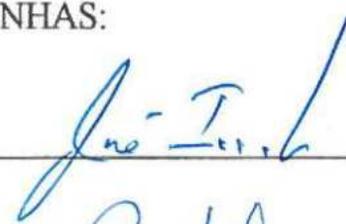
  
LUIZ ARMANDO DE MATTOS PRESIDENTE

PERMISSIONÁRIA

:

  
CAVALCANTI & CIA. LTDA.

TESTEMUNHAS:

  
\_\_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_

PUBLICADO

Em, 11/11/98



2659

## CONTRATO DE ADESÃO PARA A PRORROGAÇÃO DE PERMISSÕES E DE AUTORIZAÇÕES

CONTRATO DE ADESÃO N ° 064/98 PARA A  
PRORROGAÇÃO DE PERMISSÕES E DE  
AUTORIZAÇÕES DE SERVIÇOS DE  
TRANSPORTE RODOVIÁRIO  
INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS,  
LAVRADO PELO DEPARTAMENTO DE  
TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO – DETRO/RJ DAS  
LINHAS E SERVIÇOS CONSTANTES DO  
ANEXO I

Aos 13 (treze) dias do mês de novembro, do ano de 1998, na sede do **Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro – DETRO/RJ**, situada na Avenida Almirante Barroso, n.º 139 – 5.º andar, grupos 501 e 503, nesta Cidade, presentes: 1) essa Autarquia criada pela Lei n.º 1221/87, doravante denominada **PODER PERMITENTE**, neste ato representado por Seu Presidente, **LUIZ ARMANDO DE MATTOS** e 2) a empresa **LINAVE TRANSPORTES LTDA.**, com sede na Av. Governador Roberto Silveira, n.º 1.710, Nova Iguaçu, inscrita no CGC/MF sob o n.º 28.662.500/0001-08, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, representada neste ato por **PAULO ROBERTO DA SILVA**, na qualidade de representante legal, na forma de seus atos constitutivos, Identidade n.º 923155, emitida por IPF, e por força de Lei n.º 2831, de 13 de novembro de 1997, publicada em 14 de novembro do mesmo ano, no Diário Oficial do mesmo Estado, e conforme o decidido no Processo Administrativo n.º E-10/130.708/98, assinam perante as testemunhas a seguir nomeadas, o presente Contrato de Adesão, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** A prestação de serviços, objeto do presente Contrato de Adesão, reger-se-á pelas normas da Lei n.º 2831/97, pela Lei n.º 8666/93, pelos Decretos n.ºs. 3893/81, 22637/96 e 22490/96, que disciplinam os serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros neste Estado, e demais normas complementares, pelo Contrato de Adesão de Obrigação pertinente às Permissões e Autorizações em vigor das linhas e serviços constantes do Anexo I, parte integrante e complementar desta avença, pelas condições deste Contrato de Adesão e demais condições aplicáveis.



**CLÁUSULA SEGUNDA:** Consoante os Termos de Obrigação e demais atos administrativos, foi delegada pelo PODER PERMITENTE à PERMISSONÁRIA a execução dos serviços descritos no Anexo I, sendo que, por força da Lei n.º 2831/97, essa delegação fica mantida pelo prazo previsto neste Contrato de Adesão, encontrando-se em pleno vigor.

### **DA REMUNERAÇÃO E DO CUSTO TARIFÁRIO**

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Os serviços ora mantidos serão remunerados pela tarifa que assegure o equilíbrio econômico-financeiro da operação.

§ 1.º - A base de cálculo econômico da tarifa corresponderá à estrutura composta pelos custos variáveis (combustíveis, lubrificantes, rodagem, peças e acessórios), pelos custos fixos (depreciação, remuneração do capital, despesas administrativas e pessoal empregado) e pelos custos de tributos e tarifas e preços incidentes.

§ 2.º - Observar-se-á o método de determinação da tarifa, de acordo com o Anexo II.

§ 3.º - As tarifas dos serviços, objeto do presente Contrato de Adesão, são as definidas no Anexo I.

### **DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO**

**CLÁUSULA QUARTA:** As tarifas dos serviços serão reajustadas, segundo a periodicidade prevista em lei, podendo ser revistas, no entanto, a qualquer tempo, nos termos do § 5.º, do art. 65, da Lei n.º 8666/93, com suas alterações c/c o art. 10, §§ 1.º e 2.º, da Lei n.º 2831/97.

### **DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSONÁRIA**

**CLÁUSULA QUINTA:** Pelo presente Contrato de Adesão, a PERMISSONÁRIA obriga-se à:

I – manter a execução dos serviços já delegados;



II – prestar serviço adequado na forma prevista neste Contrato de Adesão e nas normas técnicas regulamentares;

III – manter o inventário e o registro dos bens utilizados na prestação do serviço;

IV – prestar contas da gestão do serviço ao PODER PERMITENTE, nos Termos regulamentares;

V – cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e Cláusulas deste Contrato de Adesão;

VI – permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, aos equipamentos e instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;

VII – submeter os veículos a vistoria periódica conforme a legislação em vigor;

VIII – manter durante o prazo de vigência do presente Contrato de Adesão qualificação compatível com o exercício de prestação do serviço;

IX – observar as normas relativas às características dos veículos;

X – efetuar a substituição dos veículos quando atingirem o tempo limite de vida útil, conforme determinado pelo Regulamento;

XI – cobrar o preço da passagem de acordo com o valor fixado ou o posteriormente determinado pelo PODER PERMITENTE.

§ 1.º - Qualquer alteração societária da empresa PERMISSIONÁRIA deverá ser comunicada previamente ao PODER PERMITENTE.

§ 2.º - As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela PERMISSIONÁRIA, serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados e o outorgante.

#### DOS ENCARGOS DO PODER PERMITENTE

**CLÁUSULA SEXTA:** Pelo presente Contrato de Adesão, o PODER PERMITENTE obriga-se à:



I – regulamentar e fiscalizar, permanentemente, a prestação do serviço delegado;

II – aplicar as penalidades regulamentares e as previstas no presente Contrato de Adesão;

III – extinguir a permissão, nos casos previstos neste Contrato de Adesão e Regulamento do Serviço;

IV – autorizar reajustes e proceder a revisão das tarifas e autorizar seu reajustamento, nos termos da legislação pertinente;

V – fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as Cláusulas do presente Contrato de Adesão;

VI – zelar pela boa qualidade do serviço; receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;

VII – estimular o aumento da qualidade; a preservação do meio ambiente e a conservação dos bens e equipamentos utilizados no serviço; e

VIII – garantir a plena execução da permissão.

Parágrafo Único - Em face do estabelecido no art. 71, da Lei n.º 8666/93, deverá apresentar a PERMISSIONÁRIA, sempre que solicitada, a comprovação de quitação dos encargos previdenciários da mão-de-obra alocada à execução dos serviços permitidos.

### DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO

CLÁUSULA SÉTIMA: Extingue-se a PERMISSÃO por:

I – advento do termo do presente Contrato de Adesão;

II – encampação;

III – caducidade ou rescisão;

IV – desistência da exploração do serviço, parcial ou totalmente, mediante notificação escrita ao PODER PERMITENTE, obrigando-se a PERMISSIONÁRIA a cumprir integralmente as Cláusulas da Permissão pelo período de 6 (seis) meses, após a referida notificação;

V – anulação; e



## VI – falência ou extinção da PERMISSONÁRIA.

§ 1.º - Incorrerá em pena de caducidade ou rescisão a PERMISSONÁRIA ao descumprir Cláusula do presente Contrato de Adesão, disposições legais previstas nos incisos do § 1 do art. 43 da Lei nº 2.831/97, ou regulamentares concernentes à prestação do serviço, que paralisar o serviço por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior.

§ 2.º - A declaração de caducidade deverá ser precedida da verificação da inadimplência da PERMISSONÁRIA em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 3.º - Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à PERMISSONÁRIA os descumprimentos referidos no § 1.º desta Cláusula, dando-se-lhe um prazo mínimo de 30 (trinta) dias para corrigir as falhas e transgressões que lhe forem apontadas e para enquadramento, podendo ser prorrogado, por uma vez, se necessário.

§ 4.º - Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por ato do Presidente do PODER PERMITENTE.

§ 5.º - declarada a caducidade, não resultará para o PODER PERMITENTE qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da PERMISSONÁRIA.

### DA RESPONSABILIDADE DA PERMISSONÁRIA

**CLÁUSULA OITAVA:** A PERMISSONÁRIA será responsável, direta e exclusivamente, pelos prejuízos que causar ao PODER PERMITENTE ou a terceiros na execução dos serviços, não podendo imputar ao PODER PERMITENTE qualquer responsabilidade ou solidariedade pela prática de tais atos.

**CLÁUSULA NONA:** A infração às determinações contidas neste Contrato de Adesão e na legislação que o disciplina, sujeitará a PERMISSONÁRIA as seguintes penalidades:

- I – advertência;
- II – multa;



III – lacre;

IV – suspensão da permissão para execução do serviço;

V – retenção do veículo;

VI – caducidade da permissão.

§ 1.º - As sanções previstas nos incisos IV, V e VI poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

§ 2.º - As Sanções, estabelecidas nos incisos IV, V VI desta Cláusula, são de competência exclusiva do Presidente do PODER PERMITENTE, facultada a defesa da interessada no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após o decurso do prazo consignado.

§ 3.º - As sanções estabelecidas nos incisos I, II e III, desta Cláusula, são aplicadas pela Diretoria Técnica Operacional (DTO) do PODER PERMITENTE.

### DOS RECURSOS

CLÁUSULA DÉCIMA: Dos atos da Administração caberão os seguintes recursos:

I – a impugnação contra a aplicação das penalidades, previstas nos incisos I, II, III e V, da Cláusula Nona, será endereçada ao PODER PERMITENTE e decidida pela Comissão Permanente de Recursos de Inspeções do DETRO/RJ;

II – a impugnação contra a aplicação das demais penalidades previstas nos inciso IV e VI, da Cláusula Nona, será endereçada e decidida pelo Presidente do PODER PERMITENTE; e

III – contra a decisão proferida pela autoridade, referida no inciso II acima, caberá recurso, a ser examinado pelo Secretário Estadual de Transportes.

§ 1.º - O prazo das impugnações, previstas nos incisos I e II, desta Cláusula, será de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência inegável do fato.

§ 2.º - O prazo para a interposição dos recursos, previsto no inciso III desta Cláusula, bem como os seus efeitos serão regulados pelo Regulamento do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros, aprovado pelo Decreto n.º 3893/81, com suas alterações.

### DO PRAZO



**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** O presente Contrato de Adesão de Prorrogação de Permissão de Serviço é outorgado pelo prazo de 15 (quinze) anos, prorrogável pelo mesmo período, desde que a PERMISSONÁRIA esteja executando o serviço de forma satisfatória.

### **DA TRANSFERÊNCIA**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** A PERMISSONÁRIA poderá transferir a Permissão a terceiros, no todo ou em parte, bem como alterar o seu controle societário, desde de que haja prévia e expressa anuência do PODER PERMITENTE, observando-se, para tanto, as exigências contidas no parágrafo único do art. 32 da Lei nº 2.831/97.

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** Ficam ratificadas, através do presente Contrato de Adesão, todas as condições estipuladas no ato de permissão que ora se prorroga, no que se incluem os encargos e penalidades até a presente data estipulados, permanecendo em vigor todas as suas demais Cláusulas que não contrariem as constantes deste Contrato de Adesão.

### **DO FORO**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro para a solução judicial das demandas relativas ao presente, não resolvidas amigavelmente, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

### **DA PUBLICAÇÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** O PODER PERMITENTE fará publicar, às expensas da PERMISSONÁRIA, o extrato deste Contrato de Adesão, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da sua assinatura.



2666

E por estarem assim acordados, firmam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma para que produza os seus regulares e jurídicos efeitos, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1998

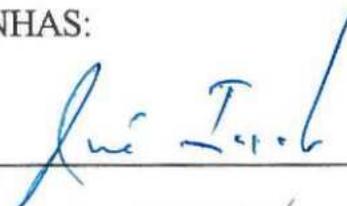
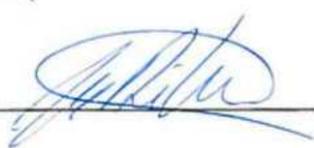
PODER PERMITENTE

:   
LUIZ ARMANDO DE MATTOS - PRESIDENTE

PERMISSIONÁRIA

:   
LINA VE TRANSPORTES LTDA.

TESTEMUNHAS:

PUBLICADO  
Em, 17.11.98



## CONTRATO DE ADESÃO PARA A PRORROGAÇÃO DE PERMISSÕES E DE AUTORIZAÇÕES

CONTRATO DE ADESÃO N ° 065/98 PARA A  
PRORROGAÇÃO DE PERMISSÕES E DE  
AUTORIZAÇÕES DE SERVIÇOS DE  
TRANSPORTE RODOVIÁRIO  
INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS,  
LAVRADO PELO DEPARTAMENTO DE  
TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO - DETRO/RJ DAS  
LINHAS E SERVIÇOS CONSTANTES DO  
ANEXO I

Aos 13 (treze) dias do mês de novembro, do ano de 1998, na sede do **Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO/RJ**, situada na Avenida Almirante Barroso, n.º 139 - 5.º andar, grupos 501 e 503, nesta Cidade, presentes: 1) essa Autarquia criada pela Lei n.º 1221/87, doravante denominada **PODER PERMITENTE**, neste ato representado por Seu Presidente, **LUIZ ARMANDO DE MATTOS** e 2) a empresa **VIAÇÃO RESENDENSE INTERMUNICIPAL LTDA.**, com sede na Av. Coronel Mendes, n.º 312, Resende, inscrita no CGC/MF sob o n.º 31.879.273/0001-81, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, representada neste ato por **THADEU d'ALMEIDA MATTOS**, na qualidade de representante legal, na forma de seus atos constitutivos, Identidade n.º 02737211-9, emitida por IFP, e por força de Lei n.º 2831, de 13 de novembro de 1997, publicada em 14 de novembro do mesmo ano, no Diário Oficial do mesmo Estado, e conforme o decidido no Processo Administrativo n.º E-10/130.912/98, assinam perante as testemunhas a seguir nomeadas, o presente Contrato de Adesão, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** A prestação de serviços, objeto do presente Contrato de Adesão, reger-se-á pelas normas da Lei n.º 2831/97, pela Lei n.º 8666/93, pelos Decretos n.ºs. 3893/81, 22637/96 e 22490/96, que disciplinam os serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros neste Estado, e demais normas complementares, pelo Contrato de Adesão de Obrigação pertinente às Permissões e Autorizações em vigor das linhas e serviços constantes do Anexo I, parte integrante e complementar desta avença, pelas condições deste Contrato de Adesão e demais condições aplicáveis.



**CLÁUSULA SEGUNDA:** Consoante os Termos de Obrigação e demais atos administrativos, foi delegada pelo PODER PERMITENTE à PERMISSONÁRIA a execução dos serviços descritos no Anexo I, sendo que, por força da Lei n.º 2831/97, essa delegação fica mantida pelo prazo previsto neste Contrato de Adesão, encontrando-se em pleno vigor.

### **DA REMUNERAÇÃO E DO CUSTO TARIFÁRIO**

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Os serviços ora mantidos serão remunerados pela tarifa que assegure o equilíbrio econômico-financeiro da operação.

§ 1.º - A base de cálculo econômico da tarifa corresponderá à estrutura composta pelos custos variáveis (combustíveis, lubrificantes, rodagem, peças e acessórios), pelos custos fixos (depreciação, remuneração do capital, despesas administrativas e pessoal empregado ) e pelos custos de tributos e tarifas e preços incidentes.

§ 2.º - Observar-se-á o método de determinação da tarifa, de acordo com o Anexo II.

§ 3.º - As tarifas dos serviços, objeto do presente Contrato de Adesão, são as definidas no Anexo I.

### **DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO**

**CLÁUSULA QUARTA:** As tarifas dos serviços serão reajustadas, segundo a periodicidade prevista em lei, podendo ser revistas, no entanto, a qualquer tempo, nos termos do § 5.º, do art. 65, da Lei n.º 8666/93, com suas alterações c/c o art. 10, §§ 1.º e 2.º, da Lei n.º 2831/97.

### **DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSONÁRIA**

**CLÁUSULA QUINTA:** Pelo presente Contrato de Adesão, a PERMISSONÁRIA obriga-se à:

I – manter a execução dos serviços já delegados;



2698

II – prestar serviço adequado na forma prevista neste Contrato de Adesão e nas normas técnicas regulamentares;

III – manter o inventário e o registro dos bens utilizados na prestação do serviço;

IV – prestar contas da gestão do serviço ao PODER PERMITENTE, nos Termos regulamentares;

V – cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e Cláusulas deste Contrato de Adesão;

VI – permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, aos equipamentos e instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;

VII – submeter os veículos a vistoria periódica conforme a legislação em vigor;

VIII – manter durante o prazo de vigência do presente Contrato de Adesão qualificação compatível com o exercício de prestação do serviço;

IX – observar as normas relativas às características dos veículos;

X – efetuar a substituição dos veículos quando atingirem o tempo limite de vida útil, conforme determinado pelo Regulamento;

XI – cobrar o preço da passagem de acordo com o valor fixado ou o posteriormente determinado pelo PODER PERMITENTE.

§ 1.º - Qualquer alteração societária da empresa PERMISSONÁRIA deverá ser comunicada previamente ao PODER PERMITENTE.

§ 2.º - As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela PERMISSONÁRIA, serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados e o outorgante.

#### DOS ENCARGOS DO PODER PERMITENTE

**CLÁUSULA SEXTA:** Pelo presente Contrato de Adesão, o PODER PERMITENTE obriga-se à:



I – regulamentar e fiscalizar, permanentemente, a prestação do serviço delegado;

II – aplicar as penalidades regulamentares e as previstas no presente Contrato de Adesão;

III – extinguir a permissão, nos casos previstos neste Contrato de Adesão e Regulamento do Serviço;

IV – autorizar reajustes e proceder a revisão das tarifas e autorizar seu reajustamento, nos termos da legislação pertinente;

V – fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as Cláusulas do presente Contrato de Adesão;

VI – zelar pela boa qualidade do serviço; receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;

VII – estimular o aumento da qualidade; a preservação do meio ambiente e a conservação dos bens e equipamentos utilizados no serviço; e

VIII – garantir a plena execução da permissão.

Parágrafo Único - Em face do estabelecido no art. 71, da Lei n.º 8666/93, deverá apresentar a PERMISSONÁRIA, sempre que solicitada, a comprovação de quitação dos encargos previdenciários da mão-de-obra alocada à execução dos serviços permitidos.

### DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO

CLÁUSULA SÉTIMA: Extingue-se a PERMISSÃO por:

I – advento do termo do presente Contrato de Adesão;

II – encampação;

III – caducidade ou rescisão;

IV – desistência da exploração do serviço, parcial ou totalmente, mediante notificação escrita ao PODER PERMITENTE, obrigando-se a PERMISSONÁRIA a cumprir integralmente as Cláusulas da Permissão pelo período de 6 (seis) meses, após a referida notificação;

V – anulação; e



## VI – falência ou extinção da PERMISSONÁRIA.

§ 1.º - Incorrerá em pena de caducidade ou rescisão a PERMISSONÁRIA ao descumprir Cláusula do presente Contrato de Adesão, disposições legais previstas nos incisos do § 1 do art. 43 da Lei nº 2.831/97, ou regulamentares concernentes à prestação do serviço, que paralisar o serviço por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior.

§ 2.º - A declaração de caducidade deverá ser precedida da verificação da inadimplência da PERMISSONÁRIA em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 3.º - Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à PERMISSONÁRIA os descumprimentos referidos no § 1.º desta Cláusula, dando-se-lhe um prazo mínimo de 30 (trinta) dias para corrigir as falhas e transgressões que lhe forem apontadas e para enquadramento, podendo ser prorrogado, por uma vez, se necessário.

§ 4.º - Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por ato do Presidente do PODER PERMITENTE.

§ 5.º - declarada a caducidade, não resultará para o PODER PERMITENTE qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da PERMISSONÁRIA.

### DA RESPONSABILIDADE DA PERMISSONÁRIA

**CLÁUSULA OITAVA:** A PERMISSONÁRIA será responsável, direta e exclusivamente, pelos prejuízos que causar ao PODER PERMITENTE ou a terceiros na execução dos serviços, não podendo imputar ao PODER PERMITENTE qualquer responsabilidade ou solidariedade pela prática de tais atos.

**CLÁUSULA NONA:** A infração às determinações contidas neste Contrato de Adesão e na legislação que o disciplina, sujeitará a PERMISSONÁRIA as seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa;



III – lacre;

IV – suspensão da permissão para execução do serviço;

V – retenção do veículo;

VI – caducidade da permissão.

§ 1.º - As sanções previstas nos incisos IV, V e VI poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

§ 2.º - As Sanções, estabelecidas nos incisos IV, V VI desta Cláusula, são de competência exclusiva do Presidente do PODER PERMITENTE, facultada a defesa da interessada no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após o decurso do prazo consignado.

§ 3.º - As sanções estabelecidas nos incisos I, II e III, desta Cláusula, são aplicadas pela Diretoria Técnica Operacional (DTO) do PODER PERMITENTE.

### DOS RECURSOS

CLÁUSULA DÉCIMA: Dos atos da Administração caberão os seguintes recursos:

I – a impugnação contra a aplicação das penalidades, previstas nos incisos I, II, III e V, da Cláusula Nona, será endereçada ao PODER PERMITENTE e decidida pela Comissão Permanente de Recursos de Inspeções do DETRO/RJ;

II – a impugnação contra a aplicação das demais penalidades previstas nos inciso IV e VI, da Cláusula Nona, será endereçada e decidida pelo Presidente do PODER PERMITENTE; e

III – contra a decisão proferida pela autoridade, referida no inciso II acima, caberá recurso, a ser examinado pelo Secretário Estadual de Transportes.

§ 1.º - O prazo das impugnações, previstas nos incisos I e II, desta Cláusula, será de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência inegável do fato.

§ 2.º - O prazo para a interposição dos recursos, previsto no inciso III desta Cláusula, bem como os seus efeitos serão regulados pelo Regulamento do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros, aprovado pelo Decreto n.º 3893/81, com suas alterações.



### DO PRAZO

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** O presente Contrato de Adesão de Prorrogação de Permissão de Serviço é outorgado pelo prazo de 15 (quinze) anos, prorrogável pelo mesmo período, desde que a PERMISSONÁRIA esteja executando o serviço de forma satisfatória.

### DA TRANSFERÊNCIA

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** A PERMISSONÁRIA poderá transferir a Permissão a terceiros, no todo ou em parte, bem como alterar o seu controle societário, desde de que haja prévia e expressa anuência do PODER PERMITENTE, observando-se, para tanto, as exigências contidas no parágrafo único do art. 32 da Lei nº 2.831/97.

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** Ficam ratificadas, através do presente Contrato de Adesão, todas as condições estipuladas no ato de permissão que ora se prorroga, no que se incluem os encargos e penalidades até a presente data estipulados, permanecendo em vigor todas as suas demais Cláusulas que não contrariem as constantes deste Contrato de Adesão.

### DO FORO

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro para a solução judicial das demandas relativas ao presente, não resolvidas amigavelmente, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

### DA PUBLICAÇÃO

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** O PODER PERMITENTE fará publicar, às expensas da PERMISSONÁRIA, o extrato deste Contrato de Adesão, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da sua assinatura.



E por estarem assim acordados, firmam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma para que produza os seus regulares e jurídicos efeitos, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1998

**PODER PERMITENTE**

:

**LUIZ ARMANDO DE MATTOS - PRESIDENTE**

**PERMISSIONÁRIA**

:

**VIAÇÃO RESENDENSE INTERMUNICIPAL LTDA.**

TESTEMUNHAS:





2721

## CONTRATO DE ADESÃO PARA A PRORROGAÇÃO DE PERMISSÕES E DE AUTORIZAÇÕES

CONTRATO DE ADESÃO N ° 066/98 PARA A  
PRORROGAÇÃO DE PERMISSÕES E DE  
AUTORIZAÇÕES DE SERVIÇOS DE  
TRANSPORTE RODOVIÁRIO  
INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS,  
LAVRADO PELO DEPARTAMENTO DE  
TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO – DETRO/RJ DAS  
LINHAS E SERVIÇOS CONSTANTES DO  
ANEXO I

Aos 13 (treze) dias do mês de novembro, do ano de 1998, na sede do **Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro – DETRO/RJ**, situada na Avenida Almirante Barroso, n.º 139 – 5.º andar, grupos 501 e 503, nesta Cidade, presentes: 1) essa Autarquia criada pela Lei n.º 1221/87, doravante denominada **PODER PERMITENTE**, neste ato representado por Seu Presidente, LUIZ ARMANDO DE MATTOS e 2) a empresa **VIAÇÃO FALCÃO LTDA.**, com sede na Rua Antonio Graciano Rocha, n.º 1100, Vila Maria, Barra Mansa, inscrita no CGC/MF sob o n.º 28.679.017/0001-36, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, representada neste ato por RICARDO JOSÉ MARASSI e WALTER CORRADI, na qualidade de representantes legais, na forma de seus atos constitutivos, Identidades n.ºs 06988770-1 IFP e 272119 IPF, respectivamente, e por força de Lei n.º 2831, de 13 de novembro de 1997, publicada em 14 de novembro do mesmo ano, no Diário Oficial do mesmo Estado, e conforme o decidido no Processo Administrativo n.º E-10/131.300/98, assinam perante as testemunhas a seguir nomeadas, o presente Contrato de Adesão, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** A prestação de serviços, objeto do presente Contrato de Adesão, reger-se-á pelas normas da Lei n.º 2831/97, pela Lei n.º 8666/93, pelos Decretos n.ºs. 3893/81, 22637/96 e 22490/96, que disciplinam os serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros neste Estado, e demais normas complementares, pelo Contrato de Adesão de Obrigação pertinente às Permissões e Autorizações em vigor das linhas e serviços constantes do Anexo I, parte integrante e complementar desta avença, pelas condições deste Contrato de Adesão e demais condições aplicáveis.



**CLÁUSULA SEGUNDA:** Consoante os Termos de Obrigação e ~~2722~~ atos administrativos, foi delegada pelo PODER PERMITENTE à PERMISSONÁRIA a execução dos serviços descritos no Anexo I, sendo que, por força da Lei n.º 2831/97, essa delegação fica mantida pelo prazo previsto neste Contrato de Adesão, encontrando-se em pleno vigor.

### **DA REMUNERAÇÃO E DO CUSTO TARIFÁRIO**

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Os serviços ora mantidos serão remunerados pela tarifa que assegure o equilíbrio econômico-financeiro da operação.

§ 1.º - A base de cálculo econômico da tarifa corresponderá à estrutura composta pelos custos variáveis (combustíveis, lubrificantes, rodagem, peças e acessórios), pelos custos fixos (depreciação, remuneração do capital, despesas administrativas e pessoal empregado) e pelos custos de tributos e tarifas e preços incidentes.

§ 2.º - Observar-se-á o método de determinação da tarifa, de acordo com o Anexo II.

§ 3.º - As tarifas dos serviços, objeto do presente Contrato de Adesão, são as definidas no Anexo I.

### **DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO**

**CLÁUSULA QUARTA:** As tarifas dos serviços serão reajustadas, segundo a periodicidade prevista em lei, podendo ser revistas, no entanto, a qualquer tempo, nos termos do § 5.º, do art. 65, da Lei n.º 8666/93, com suas alterações c/c o art. 10, §§ 1.º e 2.º, da Lei n.º 2831/97.

### **DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSONÁRIA**

**CLÁUSULA QUINTA:** Pelo presente Contrato de Adesão, a PERMISSONÁRIA obriga-se à:

I – manter a execução dos serviços já delegados;



2723

II – prestar serviço adequado na forma prevista neste Contrato de Adesão e nas normas técnicas regulamentares;

III – manter o inventário e o registro dos bens utilizados na prestação do serviço;

IV – prestar contas da gestão do serviço ao PODER PERMITENTE, nos Termos regulamentares;

V – cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e Cláusulas deste Contrato de Adesão;

VI – permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, aos equipamentos e instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;

VII – submeter os veículos a vistoria periódica conforme a legislação em vigor;

VIII – manter durante o prazo de vigência do presente Contrato de Adesão qualificação compatível com o exercício de prestação do serviço;

IX – observar as normas relativas às características dos veículos;

X – efetuar a substituição dos veículos quando atingirem o tempo limite de vida útil, conforme determinado pelo Regulamento;

XI – cobrar o preço da passagem de acordo com o valor fixado ou o posteriormente determinado pelo PODER PERMITENTE.

§ 1.º - Qualquer alteração societária da empresa PERMISSIONÁRIA deverá ser comunicada previamente ao PODER PERMITENTE.

§ 2.º - As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela PERMISSIONÁRIA, serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados e o outorgante.

DOS ENCARGOS DO PODER PERMITENTE

CLÁUSULA SEXTA: Pelo presente Contrato de Adesão, o PODER PERMITENTE obriga-se à:



I – regulamentar e fiscalizar, permanentemente, a prestação do serviço delegado;

II – aplicar as penalidades regulamentares e as previstas no presente Contrato de Adesão;

III – extinguir a permissão, nos casos previstos neste Contrato de Adesão e Regulamento do Serviço;

IV – autorizar reajustes e proceder a revisão das tarifas e autorizar seu reajustamento, nos termos da legislação pertinente;

V – fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as Cláusulas do presente Contrato de Adesão;

VI – zelar pela boa qualidade do serviço; receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;

VII – estimular o aumento da qualidade; a preservação do meio ambiente e a conservação dos bens e equipamentos utilizados no serviço; e

VIII – garantir a plena execução da permissão.

Parágrafo Único - Em face do estabelecido no art. 71, da Lei n.º 8666/93, deverá apresentar a PERMISSONÁRIA, sempre que solicitada, a comprovação de quitação dos encargos previdenciários da mão-de-obra alocada à execução dos serviços permitidos.

### DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO

CLÁUSULA SÉTIMA: Extingue-se a PERMISSÃO por:

I – advento do termo do presente Contrato de Adesão;

II – encampação;

III – caducidade ou rescisão;

IV – desistência da exploração do serviço, parcial ou totalmente, mediante notificação escrita ao PODER PERMITENTE, obrigando-se a PERMISSONÁRIA a cumprir integralmente as Cláusulas da Permissão pelo período de 6 (seis) meses, após a referida notificação;

V – anulação; e



## VI – falência ou extinção da PERMISSONÁRIA.

§ 1.º - Incorrerá em pena de caducidade ou rescisão a PERMISSONÁRIA ao descumprir Cláusula do presente Contrato de Adesão, disposições legais previstas nos incisos do § 1 do art. 43 da Lei nº 2.831/97, ou regulamentares concernentes à prestação do serviço, que paralisar o serviço por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior.

§ 2.º - A declaração de caducidade deverá ser precedida da verificação da inadimplência da PERMISSONÁRIA em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 3.º - Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à PERMISSONÁRIA os descumprimentos referidos no § 1.º desta Cláusula, dando-se-lhe um prazo mínimo de 30 (trinta) dias para corrigir as falhas e transgressões que lhe forem apontadas e para enquadramento, podendo ser prorrogado, por uma vez, se necessário.

§ 4.º - Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por ato do Presidente do PODER PERMITENTE.

§ 5.º - declarada a caducidade, não resultará para o PODER PERMITENTE qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da PERMISSONÁRIA.

### DA RESPONSABILIDADE DA PERMISSONÁRIA

**CLÁUSULA OITAVA:** A PERMISSONÁRIA será responsável, direta e exclusivamente, pelos prejuízos que causar ao PODER PERMITENTE ou a terceiros na execução dos serviços, não podendo imputar ao PODER PERMITENTE qualquer responsabilidade ou solidariedade pela prática de tais atos.

**CLÁUSULA NONA:** A infração às determinações contidas neste Contrato de Adesão e na legislação que o disciplina, sujeitará a PERMISSONÁRIA as seguintes penalidades:

- I – advertência;
- II – multa;



III – lacre;

IV – suspensão da permissão para execução do serviço;

V – retenção do veículo;

VI – caducidade da permissão.

§ 1.º - As sanções previstas nos incisos IV, V e VI poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

§ 2.º - As Sanções, estabelecidas nos incisos IV, V VI desta Cláusula, são de competência exclusiva do Presidente do PODER PERMITENTE, facultada a defesa da interessada no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após o decurso do prazo consignado.

§ 3.º - As sanções estabelecidas nos incisos I, II e III, desta Cláusula, são aplicadas pela Diretoria Técnica Operacional (DTO) do PODER PERMITENTE.

### DOS RECURSOS

CLÁUSULA DÉCIMA: Dos atos da Administração caberão os seguintes recursos:

I – a impugnação contra a aplicação das penalidades, previstas nos incisos I, II, III e V, da Cláusula Nona, será endereçada ao PODER PERMITENTE e decidida pela Comissão Permanente de Recursos de Inspeções do DETRO/RJ;

II – a impugnação contra a aplicação das demais penalidades previstas nos inciso IV e VI, da Cláusula Nona, será endereçada e decidida pelo Presidente do PODER PERMITENTE; e

III – contra a decisão proferida pela autoridade, referida no inciso II acima, caberá recurso, a ser examinado pelo Secretário Estadual de Transportes.

§ 1.º - O prazo das impugnações, previstas nos incisos I e II, desta Cláusula, será de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência inegável do fato.

§ 2.º - O prazo para a interposição dos recursos, previsto no inciso III desta Cláusula, bem como os seus efeitos serão regulados pelo Regulamento do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros, aprovado pelo Decreto n.º 3893/81, com suas alterações.

### DO PRAZO



**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** O presente Contrato de Adesão de Prorrogação de Permissão de Serviço é outorgado pelo prazo de 15 (quinze) anos, prorrogável pelo mesmo período, desde que a PERMISSONÁRIA esteja executando o serviço de forma satisfatória.

### **DA TRANSFERÊNCIA**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** A PERMISSONÁRIA poderá transferir a Permissão a terceiros, no todo ou em parte, bem como alterar o seu controle societário, desde de que haja prévia e expressa anuência do PODER PERMITENTE, observando-se, para tanto, as exigências contidas no parágrafo único do art. 32 da Lei nº 2.831/97.

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** Ficam ratificadas, através do presente Contrato de Adesão, todas as condições estipuladas no ato de permissão que ora se prorroga, no que se incluem os encargos e penalidades até a presente data estipulados, permanecendo em vigor todas as suas demais Cláusulas que não contrariem as constantes deste Contrato de Adesão.

### **DO FORO**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro para a solução judicial das demandas relativas ao presente, não resolvidas amigavelmente, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

### **DA PUBLICAÇÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** O PODER PERMITENTE fará publicar, às expensas da PERMISSONÁRIA, o extrato deste Contrato de Adesão, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da sua assinatura.



2728

E por estarem assim acordados, firmam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma para que produza os seus regulares e jurídicos efeitos, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1998

PODER PERMITENTE

:

LUIZ ARMANDO DE MATTOS - PRESIDENTE

PERMISSIONÁRIA

:

VIAÇÃO FALCÃO LTDA.

:

VIAÇÃO FALCÃO LTDA.

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

PUBLICADO  
Em: 28/11/98



2741

## CONTRATO DE ADESÃO PARA A PRORROGAÇÃO DE PERMISSÕES E DE AUTORIZAÇÕES

CONTRATO DE ADESÃO N ° 067/98 PARA A  
PRORROGAÇÃO DE PERMISSÕES E DE  
AUTORIZAÇÕES DE SERVIÇOS DE  
TRANSPORTE RODOVIÁRIO  
INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS,  
LAVRADO PELO DEPARTAMENTO DE  
TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO – DETRO/RJ DAS  
LINHAS E SERVIÇOS CONSTANTES DO  
ANEXO I

Aos 13 (treze) dias do mês de novembro, do ano de 1998, na sede do **Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro – DETRO/RJ**, situada na Avenida Almirante Barroso, n.º 139 – 5.º andar, grupos 501 e 503, nesta Cidade, presentes: 1) essa Autarquia criada pela Lei n.º 1221/87, doravante denominada **PODER PERMITENTE**, neste ato representado por Seu Presidente, **LUIZ ARMANDO DE MATTOS** e 2) a empresa **AUTO COMERCIAL BARRA MANSA LTDA.**, com sede na Rua Antonio Graciano Rocha, n.º 1100, Vila Maria, Barra Mansa, inscrita no CGC/MF sob o n.º 28.680.163/0001-81, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, representada neste ato por **RICARDO JOSÉ MARASSI** e **HALF FONSECA MARASSI**, na qualidade de representantes legais, na forma de seus atos constitutivos, Identidades n.º s 06988770-1 IFP e 04927470-7 IFP, respectivamente, e por força de Lei n.º 2831, de 13 de novembro de 1997, publicada em 14 de novembro do mesmo ano, no Diário Oficial do mesmo Estado, e conforme o decidido no Processo Administrativo n.º E-10/131.301/98, assinam perante as testemunhas a seguir nomeadas, o presente Contrato de Adesão, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** A prestação de serviços, objeto do presente Contrato de Adesão, reger-se-á pelas normas da Lei n.º 2831/97, pela Lei n.º 8666/93, pelos Decretos n.ºs. 3893/81, 22637/96 e 22490/96, que disciplinam os serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros neste Estado, e demais normas complementares, pelo Contrato de Adesão de Obrigação pertinente às Permissões e Autorizações em vigor das linhas e serviços constantes do Anexo I, parte integrante e complementar desta avença, pelas condições deste Contrato de Adesão e demais condições aplicáveis.



2742

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Consoante os Termos de Obrigação e demais atos administrativos, foi delegada pelo PODER PERMITENTE à PERMISSONÁRIA a execução dos serviços descritos no Anexo I, sendo que, por força da Lei n.º 2831/97, essa delegação fica mantida pelo prazo previsto neste Contrato de Adesão, encontrando-se em pleno vigor.

### **DA REMUNERAÇÃO E DO CUSTO TARIFÁRIO**

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Os serviços ora mantidos serão remunerados pela tarifa que assegure o equilíbrio econômico-financeiro da operação.

§ 1.º - A base de cálculo econômico da tarifa corresponderá à estrutura composta pelos custos variáveis (combustíveis, lubrificantes, rodagem, peças e acessórios), pelos custos fixos (depreciação, remuneração do capital, despesas administrativas e pessoal empregado ) e pelos custos de tributos e tarifas e preços incidentes.

§ 2.º - Observar-se-á o método de determinação da tarifa, de acordo com o Anexo II.

§ 3.º - As tarifas dos serviços, objeto do presente Contrato de Adesão, são as definidas no Anexo I.

### **DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO**

**CLÁUSULA QUARTA:** As tarifas dos serviços serão reajustadas, segundo a periodicidade prevista em lei, podendo ser revistas, no entanto, a qualquer tempo, nos termos do § 5.º , do art. 65, da Lei n.º 8666/93, com suas alterações c/c o art. 10, §§ 1.º e 2.º , da Lei n.º 2831/97.

### **DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSONÁRIA**

**CLÁUSULA QUINTA:** Pelo presente Contrato de Adesão, a PERMISSONÁRIA obriga-se à:

I – manter a execução dos serviços já delegados;



**2743**

II – prestar serviço adequado na forma prevista neste Contrato de Adesão e nas normas técnicas regulamentares;

III – manter o inventário e o registro dos bens utilizados na prestação do serviço;

IV – prestar contas da gestão do serviço ao PODER PERMITENTE, nos Termos regulamentares;

V – cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e Cláusulas deste Contrato de Adesão;

VI – permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, aos equipamentos e instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;

VII – submeter os veículos a vistoria periódica conforme a legislação em vigor;

VIII – manter durante o prazo de vigência do presente Contrato de Adesão qualificação compatível com o exercício de prestação do serviço;

IX – observar as normas relativas às características dos veículos;

X – efetuar a substituição dos veículos quando atingirem o tempo limite de vida útil, conforme determinado pelo Regulamento;

XI – cobrar o preço da passagem de acordo com o valor fixado ou o posteriormente determinado pelo PODER PERMITENTE.

§ 1.º - Qualquer alteração societária da empresa PERMISSIONÁRIA deverá ser comunicada previamente ao PODER PERMITENTE.

§ 2.º - As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela PERMISSIONÁRIA, serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados e o outorgante.

### DOS ENCARGOS DO PODER PERMITENTE

**CLÁUSULA SEXTA:** Pelo presente Contrato de Adesão, o PODER PERMITENTE obriga-se à:



I – regulamentar e fiscalizar, permanentemente, a prestação do serviço delegado;

II – aplicar as penalidades regulamentares e as previstas no presente Contrato de Adesão;

III – extinguir a permissão, nos casos previstos neste Contrato de Adesão e Regulamento do Serviço;

IV – autorizar reajustes e proceder a revisão das tarifas e autorizar seu reajustamento, nos termos da legislação pertinente;

V – fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as Cláusulas do presente Contrato de Adesão;

VI – zelar pela boa qualidade do serviço; receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;

VII – estimular o aumento da qualidade; a preservação do meio ambiente e a conservação dos bens e equipamentos utilizados no serviço; e

VIII – garantir a plena execução da permissão.

Parágrafo Único - Em face do estabelecido no art. 71, da Lei n.º 8666/93, deverá apresentar a PERMISSONÁRIA, sempre que solicitada, a comprovação de quitação dos encargos previdenciários da mão-de-obra alocada à execução dos serviços permitidos.

### DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO

CLÁUSULA SÉTIMA: Extingue-se a PERMISSÃO por:

I – advento do termo do presente Contrato de Adesão;

II – encampação;

III – caducidade ou rescisão;

IV – desistência da exploração do serviço, parcial ou totalmente, mediante notificação escrita ao PODER PERMITENTE, obrigando-se a PERMISSONÁRIA a cumprir integralmente as Cláusulas da Permissão pelo período de 6 (seis) meses, após a referida notificação;

V – anulação; e



## VI – falência ou extinção da PERMISSONÁRIA.

§ 1.º - Incorrerá em pena de caducidade ou rescisão a PERMISSONÁRIA ao descumprir Cláusula do presente Contrato de Adesão, disposições legais previstas nos incisos do § 1 do art. 43 da Lei nº 2.831/97, ou regulamentares concernentes à prestação do serviço, que paralisar o serviço por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior.

§ 2.º - A declaração de caducidade deverá ser precedida da verificação da inadimplência da PERMISSONÁRIA em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 3.º - Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à PERMISSONÁRIA os descumprimentos referidos no § 1.º desta Cláusula, dando-se-lhe um prazo mínimo de 30 (trinta) dias para corrigir as falhas e transgressões que lhe forem apontadas e para enquadramento, podendo ser prorrogado, por uma vez, se necessário.

§ 4.º - Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por ato do Presidente do PODER PERMITENTE.

§ 5.º - declarada a caducidade, não resultará para o PODER PERMITENTE qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da PERMISSONÁRIA.

**DA RESPONSABILIDADE DA PERMISSONÁRIA**

**CLÁUSULA OITAVA:** A PERMISSONÁRIA será responsável, direta e exclusivamente, pelos prejuízos que causar ao PODER PERMITENTE ou a terceiros na execução dos serviços, não podendo imputar ao PODER PERMITENTE qualquer responsabilidade ou solidariedade pela prática de tais atos.

**CLÁUSULA NONA:** A infração às determinações contidas neste Contrato de Adesão e na legislação que o disciplina, sujeitará a PERMISSONÁRIA as seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa;



III – lacre;

IV – suspensão da permissão para execução do serviço;

V – retenção do veículo;

VI – caducidade da permissão.

§ 1.º - As sanções previstas nos incisos IV, V e VI poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

§ 2.º - As Sanções, estabelecidas nos incisos IV, V VI desta Cláusula, são de competência exclusiva do Presidente do PODER PERMITENTE, facultada a defesa da interessada no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após o decurso do prazo consignado.

§ 3.º - As sanções estabelecidas nos incisos I, II e III, desta Cláusula, são aplicadas pela Diretoria Técnica Operacional (DTO) do PODER PERMITENTE.

### DOS RECURSOS

**CLÁUSULA DÉCIMA:** Dos atos da Administração caberão os seguintes recursos:

I – a impugnação contra a aplicação das penalidades, previstas nos incisos I, II, III e V, da Cláusula Nona, será endereçada ao PODER PERMITENTE e decidida pela Comissão Permanente de Recursos de Inspeções do DETRO/RJ;

II – a impugnação contra a aplicação das demais penalidades previstas nos inciso IV e VI, da Cláusula Nona, será endereçada e decidida pelo Presidente do PODER PERMITENTE; e

III – contra a decisão proferida pela autoridade, referida no inciso II acima, caberá recurso, a ser examinado pelo Secretário Estadual de Transportes.

§ 1.º - O prazo das impugnações, previstas nos incisos I e II, desta Cláusula, será de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência inegável do fato.

§ 2.º - O prazo para a interposição dos recursos, previsto no inciso III desta Cláusula, bem como os seus efeitos serão regulados pelo Regulamento do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros, aprovado pelo Decreto n.º 3893/81, com suas alterações.



**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** O presente Contrato de Adesão de Prorrogação de Permissão de Serviço é outorgado pelo prazo de 15 (quinze) anos, prorrogável pelo mesmo período, desde que a PERMISSONÁRIA esteja executando o serviço de forma satisfatória.

### **DA TRANSFERÊNCIA**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** A PERMISSONÁRIA poderá transferir a Permissão a terceiros, no todo ou em parte, bem como alterar o seu controle societário, desde de que haja prévia e expressa anuência do PODER PERMITENTE, observando-se, para tanto, as exigências contidas no parágrafo único do art. 32 da Lei nº 2.831/97.

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** Ficam ratificadas, através do presente Contrato de Adesão, todas as condições estipuladas no ato de permissão que ora se prorroga, no que se incluem os encargos e penalidades até a presente data estipulados, permanecendo em vigor todas as suas demais Cláusulas que não contrariem as constantes deste Contrato de Adesão.

### **DO FORO**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro para a solução judicial das demandas relativas ao presente, não resolvidas amigavelmente, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

### **DA PUBLICAÇÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** O PODER PERMITENTE fará publicar, às expensas da PERMISSONÁRIA, o extrato deste Contrato de Adesão, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da sua assinatura.



2748

E por estarem assim acordados, firmam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma para que produza os seus regulares e jurídicos efeitos, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1998

**PODER PERMITENTE**

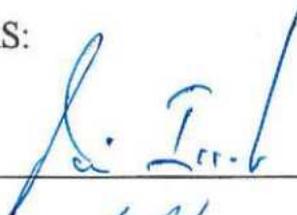
:   
LUIZ ARMANDO DE MATTÓS - PRESIDENTE

**PERMISSIONÁRIA**

:   
AUTO COMERCIAL BARRA MANSA LTDA.

:   
AUTO COMERCIAL BARRA MANSA LTDA.

TESTEMUNHAS:

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_

PUBLICADO  
Em. 18/11/98



2758

## CONTRATO DE ADESÃO PARA A PRORROGAÇÃO DE PERMISSÕES E DE AUTORIZAÇÕES

CONTRATO DE ADESÃO N ° 068/98 PARA A  
PRORROGAÇÃO DE PERMISSÕES E DE  
AUTORIZAÇÕES DE SERVIÇOS DE  
TRANSPORTE RODOVIÁRIO  
INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS,  
LAVRADO PELO DEPARTAMENTO DE  
TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO - DETRO/RJ DAS  
LINHAS E SERVIÇOS CONSTANTES DO  
ANEXO I

Aos 18 (dezoito) dias do mês de novembro, do ano de 1998, na sede do **Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO/RJ**, situada na Avenida Almirante Barroso, n.º 139 - 5.º andar, grupos 501 e 503, nesta Cidade, presentes: 1) essa Autarquia criada pela Lei n.º 1221/87, doravante denominada **PODER PERMITENTE**, neste ato representado por Seu Presidente, **LUIZ ARMANDO DE MATTOS** e 2) a empresa **ELMAR TRANSPORTES E TURISMO LTDA.**, com sede na Rua Bahia, n.º 330, Posse - Nova Iguaçu, inscrita no CGC/MF sob o n.º 30.376.842/0001-03, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, representada neste ato por **MÁRIO HERMES MARASSI**, na qualidade de representante legal, na forma de seus atos constitutivos, Identidade n.º 719236, emitida pelo IPF, e por força de Lei n.º 2831, de 13 de novembro de 1997, publicada em 14 de novembro do mesmo ano, no Diário Oficial do mesmo Estado, e conforme o decidido no Processo Administrativo n.º E-10/133.217/98, assinam perante as testemunhas a seguir nomeadas, o presente Contrato de Adesão, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** A prestação de serviços, objeto do presente Contrato de Adesão, reger-se-á pelas normas da Lei n.º 2831/97, pela Lei n.º 8666/93, pelos Decretos n.ºs. 3893/81, 22637/96 e 22490/96, que disciplinam os serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros neste Estado, e demais normas complementares, pelo Contrato de Adesão de Obrigação pertinente às Permissões e Autorizações em vigor das linhas e serviços constantes do Anexo I, parte integrante e complementar desta avença, pelas condições deste Contrato de Adesão e demais condições aplicáveis.



2759

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Consoante os Termos de Obrigação e demais atos administrativos, foi delegada pelo PODER PERMITENTE à PERMISSONÁRIA a execução dos serviços descritos no Anexo I, sendo que, por força da Lei n.º 2831/97, essa delegação fica mantida pelo prazo previsto neste Contrato de Adesão, encontrando-se em pleno vigor.

### **DA REMUNERAÇÃO E DO CUSTO TARIFÁRIO**

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Os serviços ora mantidos serão remunerados pela tarifa que assegure o equilíbrio econômico-financeiro da operação.

§ 1.º - A base de cálculo econômico da tarifa corresponderá à estrutura composta pelos custos variáveis (combustíveis, lubrificantes, rodagem, peças e acessórios), pelos custos fixos (depreciação, remuneração do capital, despesas administrativas e pessoal empregado ) e pelos custos de tributos e tarifas e preços incidentes.

§ 2.º - Observar-se-á o método de determinação da tarifa, de acordo com o Anexo II.

§ 3.º - As tarifas dos serviços, objeto do presente Contrato de Adesão, são as definidas no Anexo I.

### **DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO**

**CLÁUSULA QUARTA:** As tarifas dos serviços serão reajustadas, segundo a periodicidade prevista em lei, podendo ser revistas, no entanto, a qualquer tempo, nos termos do § 5.º, do art. 65, da Lei n.º 8666/93, com suas alterações c/c o art. 10, §§ 1.º e 2.º, da Lei n.º 2831/97.

### **DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSONÁRIA**

**CLÁUSULA QUINTA:** Pelo presente Contrato de Adesão, a PERMISSONÁRIA obriga-se à:

I – manter a execução dos serviços já delegados;



**2760**

- II – prestar serviço adequado na forma prevista neste Contrato de Adesão e nas normas técnicas regulamentares;
- III – manter o inventário e o registro dos bens utilizados na prestação do serviço;
- IV – prestar contas da gestão do serviço ao PODER PERMITENTE, nos Termos regulamentares;
- V – cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e Cláusulas deste Contrato de Adesão;
- VI – permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, aos equipamentos e instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;
- VII – submeter os veículos a vistoria periódica conforme a legislação em vigor;
- VIII – manter durante o prazo de vigência do presente Contrato de Adesão qualificação compatível com o exercício de prestação do serviço;
- IX – observar as normas relativas às características dos veículos;
- X – efetuar a substituição dos veículos quando atingirem o tempo limite de vida útil, conforme determinado pelo Regulamento;
- XI – cobrar o preço da passagem de acordo com o valor fixado ou o posteriormente determinado pelo PODER PERMITENTE.

§ 1.º - Qualquer alteração societária da empresa PERMISSONÁRIA deverá ser comunicada previamente ao PODER PERMITENTE.

§ 2.º - As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela PERMISSONÁRIA, serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados e o outorgante.

### DOS ENCARGOS DO PODER PERMITENTE

**CLÁUSULA SEXTA:** Pelo presente Contrato de Adesão, o PODER PERMITENTE obriga-se à:



2761

I – regulamentar e fiscalizar, permanentemente, a prestação do serviço delegado;

II – aplicar as penalidades regulamentares e as previstas no presente Contrato de Adesão;

III – extinguir a permissão, nos casos previstos neste Contrato de Adesão e Regulamento do Serviço;

IV – autorizar reajustes e proceder a revisão das tarifas e autorizar seu reajustamento, nos termos da legislação pertinente;

V – fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as Cláusulas do presente Contrato de Adesão;

VI – zelar pela boa qualidade do serviço; receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;

VII – estimular o aumento da qualidade; a preservação do meio ambiente e a conservação dos bens e equipamentos utilizados no serviço; e

VIII – garantir a plena execução da permissão.

Parágrafo Único - Em face do estabelecido no art. 71, da Lei n.º 8666/93, deverá apresentar a PERMISSONÁRIA, sempre que solicitada, a comprovação de quitação dos encargos previdenciários da mão-de-obra alocada à execução dos serviços permitidos.

### DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO

CLÁUSULA SÉTIMA: Extingue-se a PERMISSÃO por:

I – advento do termo do presente Contrato de Adesão;

II – encampação;

III – caducidade ou rescisão;

IV – desistência da exploração do serviço, parcial ou totalmente, mediante notificação escrita ao PODER PERMITENTE, obrigando-se a PERMISSONÁRIA a cumprir integralmente as Cláusulas da Permissão pelo período de 6 (seis) meses, após a referida notificação;

V – anulação; e



## VI – falência ou extinção da PERMISSONÁRIA.

§ 1.º - Incorrerá em pena de caducidade ou rescisão a PERMISSONÁRIA ao descumprir Cláusula do presente Contrato de Adesão, disposições legais previstas nos incisos do § 1 do art. 43 da Lei nº 2.831/97, ou regulamentares concernentes à prestação do serviço, que paralisar o serviço por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior.

§ 2.º - A declaração de caducidade deverá ser precedida da verificação da inadimplência da PERMISSONÁRIA em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 3.º - Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à PERMISSONÁRIA os descumprimentos referidos no § 1.º desta Cláusula, dando-se-lhe um prazo mínimo de 30 (trinta) dias para corrigir as falhas e transgressões que lhe forem apontadas e para enquadramento, podendo ser prorrogado, por uma vez, se necessário.

§ 4.º - Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por ato do Presidente do PODER PERMITENTE.

§ 5.º - declarada a caducidade, não resultará para o PODER PERMITENTE qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da PERMISSONÁRIA.

### DA RESPONSABILIDADE DA PERMISSONÁRIA

**CLÁUSULA OITAVA:** A PERMISSONÁRIA será responsável, direta e exclusivamente, pelos prejuízos que causar ao PODER PERMITENTE ou a terceiros na execução dos serviços, não podendo imputar ao PODER PERMITENTE qualquer responsabilidade ou solidariedade pela prática de tais atos.

**CLÁUSULA NONA:** A infração às determinações contidas neste Contrato de Adesão e na legislação que o disciplina, sujeitará a PERMISSONÁRIA as seguintes penalidades:

- I – advertência;
- II – multa;



III – lacre;

IV – suspensão da permissão para execução do serviço;

V – retenção do veículo;

VI – caducidade da permissão.

§ 1.º - As sanções previstas nos incisos IV, V e VI poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

§ 2.º - As Sanções, estabelecidas nos incisos IV, V VI desta Cláusula, são de competência exclusiva do Presidente do PODER PERMITENTE, facultada a defesa da interessada no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após o decurso do prazo consignado.

§ 3.º - As sanções estabelecidas nos incisos I, II e III, desta Cláusula, são aplicadas pela Diretoria Técnica Operacional (DTO) do PODER PERMITENTE.

### DOS RECURSOS

CLÁUSULA DÉCIMA: Dos atos da Administração caberão os seguintes recursos:

I – a impugnação contra a aplicação das penalidades, previstas nos incisos I, II, III e V, da Cláusula Nona, será endereçada ao PODER PERMITENTE e decidida pela Comissão Permanente de Recursos de Inspeções do DETRO/RJ;

II – a impugnação contra a aplicação das demais penalidades previstas nos inciso IV e VI, da Cláusula Nona, será endereçada e decidida pelo Presidente do PODER PERMITENTE; e

III – contra a decisão proferida pela autoridade, referida no inciso II acima, caberá recurso, a ser examinado pelo Secretário Estadual de Transportes.

§ 1.º - O prazo das impugnações, previstas nos incisos I e II, desta Cláusula, será de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência inegável do fato.

§ 2.º - O prazo para a interposição dos recursos, previsto no inciso III desta Cláusula, bem como os seus efeitos serão regulados pelo Regulamento do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros, aprovado pelo Decreto n.º 3893/81, com suas alterações.

### DO PRAZO



**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** O presente Contrato de Adesão de Prorrogação de Permissão de Serviço é outorgado pelo prazo de 15 (quinze) anos, prorrogável pelo mesmo período, desde que a PERMISSONÁRIA esteja executando o serviço de forma satisfatória.

### **DA TRANSFERÊNCIA**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** A PERMISSONÁRIA poderá transferir a Permissão a terceiros, no todo ou em parte, bem como alterar o seu controle societário, desde de que haja prévia e expressa anuência do PODER PERMITENTE, observando-se, para tanto, as exigências contidas no parágrafo único do art. 32 da Lei nº 2.831/97.

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** Ficam ratificadas, através do presente Contrato de Adesão, todas as condições estipuladas no ato de permissão que ora se prorroga, no que se incluem os encargos e penalidades até a presente data estipulados, permanecendo em vigor todas as suas demais Cláusulas que não contrariem as constantes deste Contrato de Adesão.

### **DO FORO**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro para a solução judicial das demandas relativas ao presente, não resolvidas amigavelmente, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

### **DA PUBLICAÇÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** O PODER PERMITENTE fará publicar, às expensas da PERMISSONÁRIA, o extrato deste Contrato de Adesão, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da sua assinatura.



2765

E por estarem assim acordados, firmam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma para que produza os seus regulares e jurídicos efeitos, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1998

PODER PERMITENTE

:

\_\_\_\_\_  
LUIZ ARMANDO DE MATTOS - PRESIDENTE

PERMISSIONÁRIA

:

\_\_\_\_\_  
ELMAR TRANSPORTES E TURISMO LTDA.

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

PUBLICADO  
Em 93:1198